

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

AGENDA

VOLUME 2

REVISTA ELETRÔNICA DA AGÊNCIA DE INFORMAÇÕES DOS ESTADOS UNIDOS

NÚMERO 3



*Controle de Armas:
A Perspectiva dos
Estados Unidos*

Agosto de 1997

*Artigo do
Diretor da ACDA
John Holum*

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

A G E N D A



Controle de Armas: A Perspectiva dos Estados Unidos

AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS REVISTA ELETRONICA DA AGENCIA DE INFORMAÇÕES DOS ESTADOS UNIDOS

VOLUME 2 •

Dos Editores

"Os Estados Unidos, sendo a única superpotência que resta no mundo, devem continuar a fazer com que o controle de armas seja um elemento central da sua política externa e da sua estratégia de segurança nacional", diz John Holum, diretor da U.S. Arms Control and Disarmament Agency (Agência de Controle de Armas e Desarmamento dos Estados Unidos).

Em uma visão geral da política de controle de armas dos Estados Unidos na seção "foco" deste número, Holum revela a série de sucessos na área de controle de armas que os Estados Unidos conseguiram nos últimos anos:

- O Senado dos Estados Unidos ratificou a Chemical Weapons Convention (Convenção Sobre Armas Químicas) nesta primavera, a implementação global está em andamento, e as inspeções iniciais in loco já começaram.
- Os presidentes Clinton e Yeltsin concordaram, em março, em negociar um terceiro Strategic Arms Reduction Treaty (Tratado de Redução de Armas Estratégicas) assim que o Parlamento Russo ratificar o segundo tratado. Isso resultará na destruição das primeiras ogivas nucleares estratégicas; no passado, somente os lançadores e veículos eram limitados ou reduzidos.
- O presidente Clinton foi o primeiro de 150 líderes a assinar o documento que proíbe os testes nucleares em âmbito mundial; e o Brasil anunciou, neste verão, que participaria do Nuclear Non-Proliferation Treaty (Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares), que teve sua validade estendida indefinidamente em 1995, após muito esforço por parte dos Estados Unidos.

Esta revista eletrônica mostra o progresso desses esforços e prevê futuras negociações. Além disso, na seção "foco", o vice-assessor de Segurança Nacional (Deputy National Security Adviser) James Steinberg discute os esforços críticos dos Estados Unidos para a não-proliferação; o sub-secretário da Defesa (Under Secretary of Defense) Walter Slocombe descreve a maneira pela qual o Acordo Lateral das Forças Convencionais da Europa (Conventional Forces in Europe (CFE) Flank Agreement), uma atualização do tratado CFE, reforça a segurança dos Estados Unidos

e da Europa, e a vice-secretária assistente de Defesa (Deputy Assistant Secretary of Defense) Susan Koch descreve o programa dos Estados Unidos para ajudar a desmontar as armas nucleares na Rússia, Bielo Rússia, Casaquistão e Ucrânia.

O senador Patrick Leahy, na seção de comentários, analisa os esforços dos Estados Unidos para banir as minas terrestres anti-pessoais. Uma cronologia, refletindo mais de 70 anos da história do controle de armas, e as especificações de algumas iniciativas dos Estados Unidos no campo do controle de armas aparecem nas Informações Sobre as Questões Principais.

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

A G E N D A

Revista Eletrônica da
Agência de Informações dos Estados Unidos

CONTROLE DE ARMAS: A PERSPECTIVA DOS ESTADOS UNIDOS

ÍNDICE

● FOCO

CONTROLE DE ARMAS: UM ELEMENTO CENTRAL DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS 7

John D. Holum

Diretor da Agência de Controle de Armas e Desarmamento dos Estados Unidos (U.S. Arms Control and Disarmament Agency)

ESTRATÉGIA DE NÃO-PROLIFERAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS: “NÃO HÁ PRIORIDADE MAIS ALTA” 12

James Steinberg

Vice-assistente do presidente Para Assuntos de Segurança Nacional (Deputy Assistant to the President for National Security Affairs)

ACORDO LATERAL DAS CFE: REFORÇANDO A SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS E DA EUROPA 16

Walter B. Slocombe

Sub-secretário de Defesa Para Assuntos de Política (Under Secretary of Defense for Policy)

REDUÇÃO DA AMEAÇA NUCLEAR: É MELHOR PREVENIR DO QUE REMEDIAR 21

Dr. Susan Koch

Vice-secretária assistente de Defesa Para Política de Redução de Ameaça (Deputy Assistant Secretary of Defense for Threat Reduction Policy)

● COMENTÁRIOS

APÓS A ASSINATURA DOS ACORDOS DE PAZ, AS MINAS TERRESTRES PERMANECEM 24

Uma entrevista com o senador Democrata Patrick Leahy

● INFORMAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES PRINCIPAIS

CRONOLOGIA DO CONTROLE DE ARMAS 29

(História dos Esforços Internacionais Para o Controle de Armas)

INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE DE ARMAS 38

(Reverendo as Principais Questões Referentes ao Controle de Armamentos da Atualidade)

INFORMAÇÕES DA CASA BRANCA SOBRE AS MINAS TERRESTRES 43

(Progresso em uma proibição em âmbito global e nas atividades de remoção de minas)

© **UM GUIA PARA LEITURA ADICIONAL:**

CONTROLE DE ARMAS: A PERSPECTIVA DOS ESTADOS UNIDOS — BIBLIOGRAFIA **47**

(Realçando outras opções sobre esse assunto)

CONTROLE DE ARMAS: A PERSPECTIVA DOS EUA — SITES ESSENCIAIS NA INTERNET **49**

(Links da internet para recursos sobre o controle de armas)

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

A G E N D A

UMA REVISTA ELETRÔNICA DA AGÊNCIA DE INFORMAÇÕES DOS ESTADOS UNIDOS

VOLUME 2 • NÚMERO 3 • AGOSTO DE 1997

As revistas eletrônicas da USIA, publicadas e transmitidas para o mundo inteiro a cada três semanas, examinam as principais questões que afetam os Estados Unidos e a comunidade internacional. As revistas -- ECONOMIC PERSPECTIVES (PERSPECTIVAS ECONÔMICAS), GLOBAL ISSUES (ASSUNTOS GLOBAIS), ISSUES OF DEMOCRACY (QUESTÕES DE DEMOCRACIA), U.S. FOREIGN POLICY AGENDA (POLÍTICA EXTERNA DOS EUA - AGENDA), e U.S. SOCIETY & VALUES (SOCIEDADE E VALORES DOS EUA) -- apresentam análises, comentários e informações de caráter geral em suas áreas temáticas. Versões em francês e espanhol aparecem uma semana após a publicação da versão em inglês. As opiniões apresentadas nas revistas não refletem, necessariamente, as opiniões e políticas do governo norte-americano. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a não ser que haja restrições de copyright mencionadas em alguma parte dos mesmos.

Os números atuais ou anteriores das revistas podem ser encontrados na Home Page do U.S. Information Service (USIS ou Serviço de Informações dos Estados Unidos, na World Wide Web, no seguinte endereço:

"<http://www.usia.gov/journals/journals.htm>".

Elas se encontram disponíveis em vários formatos eletrônicos para facilitar a sua visualização on-line, e sua transferência, "downloading" e impressão. Os comentários serão bem-vindos no escritório local do USIS ou nos escritórios editoriais:

*Editor, U.S. Foreign Policy Agenda
Political Security - I/TPS
U.S. Information Agency
301 4th Street, S.W.
Washington, D.C. 20547*

E-mail: ejforpol@usia.gov

Por favor observe esta mudança no nosso sistema de numeração: Com o volume um, as edições das revistas eram numeradas sequencialmente como um grupo. Com o volume dois, cada edição é numerada separadamente em sequência.

JORNALISTA RESPONSÁVEL . . . Judith S. Siegel
EDITORA Patricia H. Kushlis
EDITORES EXECUTIVOS Margaret A. McKay
. Jacqui S. Porth
EDITORES ASSOCIADOS Wayne Hall
. Guy Olson
COLABORADORES Ben Cahoon
. Danielle Coin
. Ralph Dannheisser
. Sophie Folly
. Heidi Hansen
. Jim Kelman
ESPECIALISTAS
EM REFERÊNCIAS Samuel M. Anderson
. Vivian Stahl
DIRETORA DE ARTE Barbara Morgan
ASSISTENTE DE
PROGRAMAÇÃO VISUAL Sylvia Scott
ASSISTENTE EDITORIAL Yvonne Shanks
CONSELHO EDITORIAL Howard Cincotta
. Rosemary Crockett
. Judith S. Siegel

CONTROLE DE ARMAS: UM ELEMENTO CENTRAL DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

John D. Holum

*Diretor, Agência de Controle de Armas e Desarmamento dos Estados Unidos
(U.S. Arms Control and Disarmament Agency)*

Os peritos identificaram a ameaça das chamadas “bombas perdidas” (loose nukes) — ogivas nucleares ou material fissil que podem escapar ao controle governamental — como “um dos principais perigos da nossa época”, diz Holum. Garantir que isso nunca ocorra “será uma tarefa extremamente complexa”, ele observou, “exigindo que utilizemos quase todas as ferramentas de controle e não-proliferação de armas que desenvolvemos no decorrer dos últimos 35 anos.”

Os sucessos dos Estados Unidos no campo do controle de armas tornaram o mundo mais seguro. No entanto, a verdade, acima de tudo, é que ainda vivemos em um mundo perigoso, que ainda está cheio de armas de destruição em massa, que correm o risco persistente de proliferação por meio de regimes renegados, nacionalismo convulsivo e terroristas. É um mundo no qual 40 países, no momento, possuem a capacidade técnica e material de desenvolver armas nucleares, se decidirem fazê-lo; mais de 15 nações possuem pelo menos mísseis balísticos de curto alcance -- e muitas, entre essas, estão tentando obter armas de destruição em massa; e aproximadamente 20 países possuem programas de armas químicas.

Tendo em vista esses perigos posteriores à Guerra Fria, os Estados Unidos, como a única superpotência remanescente no mundo, devem continuar a fazer com que o controle de armas seja um elemento central da sua política externa e da sua estratégia de segurança nacional.

O presidente Clinton, em setembro de 1996, foi o primeiro líder mundial a assinar o Comprehensive Test Ban Treaty (Tratado Abrangente de Proibição de Testes Nucleares) -- talvez o mais desejado objetivo na história do controle de armas. O

tratado agora já conta com 150 signatários. Ele determinará o fim dos testes nucleares explosivos para sempre.

O presidente, ao assinar o CTBT, apresentou à Assembléia Geral das Nações Unidas seis objetivos dos Estados Unidos para o controle e a não-proliferação de armas. Um deles - a ratificação, pelo Senado, da Convenção Sobre Armas Químicas (Chemical Weapons Convention (CWC)) -- já foi alcançado. O presidente também pediu a proibição da produção de material fissil não protegido, para armas nucleares ou outros engenhos, destacando o regime de não-proliferação, reforçando a conformidade com a Convenção Sobre as Armas Biológicas (Biological Weapons Convention (BWC)), uma proibição global de Minas Terrestres Anti-Pessoais (Anti-Personnel Landmines (APL)) e reduções contínuas da quantidade de armas nucleares.

CONVENÇÃO SOBRE ARMAS QUÍMICAS

O Senado aprovou a Convenção Sobre Armas Químicas (CWC) em abril de 1997, como uma proteção contra ataques químicos por estados renegados e terroristas. Os Estados Unidos continuam a solicitar a outras nações que assinem e

ratifiquem o tratado sem demora; 95 nações até agora o fizeram. Enquanto isso, estamos destruindo o nosso estoque de 30.000 toneladas de armas químicas, e a Rússia se comprometeu a destruir a o seu estoque declarado de 40.000 toneladas.

TRATADO PARA O CORTE DE MATERIAL FÍSSIL

Estamos insistindo com a Conferência Para o Desarmamento (Conference on Disarmament) em Genebra para que ela inicie negociações a respeito de um Tratado para o Corte de Material Físsil (Fissile Material Cutoff Treaty (FMCT)), o que resultaria no fim da produção de materiais físsis para armas nucleares, para sempre. Os Estados Unidos, a Rússia, a França e o Reino Unido já anunciaram que pararam de produzir material físsil para a produção de armas nucleares. Um FMCT proibiria de uma vez por todas a produção para armas para os países que possuem armas nucleares e para aqueles que estão a um passo de obtê-las, e contribuiria de maneira significativa para o processo de desarmamento nuclear.

TRATADO DE NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES

A aceitação universal do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (Nuclear Non-Proliferation Treaty (NPT)) e o fortalecimento das ferramentas necessárias para garantir a conformidade com o tratado é um outro objetivo citado pelo presidente. Isso incluiria novas salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (International Atomic Energy Agency (IAEA)) como, por exemplo, amostragem das condições ambientais e acesso a instalações não declaradas. Estamos pedindo a todas as nações que ainda não se tornaram signatárias do NPT, que o façam sem demora. O Brasil anunciou em junho de 1997 que se tornaria parte do NPT. Com a adesão do Brasil, somente quatro países ficarão fora dessa pedra fundamental dos tratados de não-proliferação.



Foto do Departamento de Defesa, feita por R.D. Ward

Trabalhadores russos cortam peças de um bombardeiro estratégico russo Tu95, para serem usadas como sucata. A destruição do avião Tupolev faz parte do cumprimento, pelos russos, do Primeiro Tratado de Redução de Armas Estratégicas.

CONVENÇÃO SOBRE ARMAS BIOLÓGICAS

Também procuramos criar meios para assegurar a conformidade com a Convenção Sobre Armas Biológicas (Biological Weapons Convention (BWC)) pela adoção de medidas como declarações mandatórias e atividades in loco. Os Estados Unidos são um membro ativo do Grupo Ad Hoc que está lutando para criar um instrumento com força de lei para fortalecer a eficácia e aperfeiçoar a implementação do BWC.

MINAS TERRESTRES ANTI-PESSOAIS

Os Estados Unidos estão pressionando a CD para que haja uma rápida negociação para a proibição em âmbito mundial do uso, armazenamento, produção, e transferência das minas terrestres anti-

pessoais, que incapacitam ou matam aproximadamente 25.000 pessoas a cada ano. Esta é uma das maiores prioridades do segundo mandato do presidente Clinton. Enquanto isso, os Estados Unidos continuam a sua própria moratória sobre a produção e transferência de APL (Minas Terrestres Anti-Pessoais (Anti-Personnel Land Mines)) e insistem para que outras nações façam o mesmo. Os Estados Unidos também conclamam as nações que ainda não o tenham feito, a ratificarem o protocolo modificado sobre as minas terrestres (Protocolo II) da Convenção Sobre Armas Convencionais (Convention on Conventional Weapons).

REDUÇÃO DE ARMAS NUCLEARES

Finalmente, os Estados Unidos continuam a pressionar para que haja mais progresso na redução do estoque mundial de armas nucleares. Os esforços dos Estados Unidos e da Rússia para desmontar sistemas de lançamento de armas estratégicas, como aeronaves e mísseis, estão muito à frente do cronograma estabelecido em conformidade com o primeiro Tratado de Redução de Armas Estratégicas (Strategic Arms Reduction Treaty (START I)). Por exemplo, os limites para veículos posicionados para o lançamento de armas estratégicas que deveriam ser cumpridos até 5 de dezembro de 1999, foram cumpridos no início de 1997. Além do START I, os Estados Unidos eliminaram mais de 10.000 ogivas nucleares desde 1990. A Rússia informa que ela também está eliminando ogivas nucleares. O Casaquistão, Bielo Rússia e a Ucrânia entregaram as milhares de ogivas nucleares que anteriormente se encontravam em seus territórios, à Rússia, e agora estão livres de armas nucleares.

O próximo passo após o Tratado START I -- o Tratado START II -- proporciona um mecanismo organizado para que os Estados Unidos e a Rússia reduzam dramaticamente os recursos dedicados às armas estratégicas ofensivas, e fortaleçam a estabilidade e a segurança. O Senado dos Estados Unidos já deu o seu parecer e aval no que diz respeito ao START II; no entanto o Parlamento Russo ainda não aprovou o tratado. O presidente

Yeltsin realçou a importância da rápida ratificação do tratado, e embora não possamos prever como o Parlamento Russo agir, esperamos que o voto positivo do Senado, assim como os óbvios benefícios que ao START II proporciona, sirvam de estímulo para que o Parlamento Russo aja de forma similar.

Assim que o START II estiver em vigor, os Estados Unidos e a Rússia imediatamente começarão as negociações para um acordo START III, conforme combinado entre os presidentes Clinton e Yeltsin durante a cúpula de Helsinque em março de 1997. O START III incluirá reduções no número de ogivas estratégicas posicionadas entre 2.000 e 2.500 até 31 de dezembro de 2007. Além disso, os Estados Unidos e a Rússia concordaram em garantir que os benefícios dos Tratados START sejam irreversíveis, procurando resolver as questões relacionadas com o objetivo de fazer com que a duração dos atuais Tratados START seja ilimitada.

A entrada em vigor e a implementação dos START II e a obtenção do START III constituirão uma importante contribuição rumo ao objetivo final dos Estados Unidos e de todos os signatários do NPT, de um mundo livre de armas nucleares e da ameaça de guerra. No entanto, este processo não pode ocorrer da noite para o dia. Os Estados Unidos continuam a manter sua posição, segundo a qual o progresso no desarmamento só pode ser conseguido passo a passo, e levando cuidadosamente em consideração as legítimas preocupações com a segurança de todos os estados.

Ainda em Helsinque, os dois líderes reiteraram o compromisso de suas nações com o Tratado Anti-Míssil Balístico (Anti-Ballistic Missile (ABM)) e confirmaram que ambos os lados precisam ter a opção de estabelecer e posicionar sistemas eficazes de mísseis para a defesa de teatros de operações.

COOPERAÇÃO PARA A REDUÇÃO DE AMEAÇAS

Com verba fornecida pelo Programa de Cooperação Para a Redução de Ameaças (Cooperative Threat Reduction (CTR) Program)

(também conhecido como programa Nunn-Lugar porque foi proposto pelo Senador Richard Lugar e pelo ex-Senador Sam Nunn) os Estados Unidos têm ajudado a Rússia e os Novos Estados Independentes a transportar, proteger e destruir suas armas nucleares. Por exemplo, atualmente os Estados Unidos estão proporcionando assistência à Rússia para o projeto e a construção de uma instalação para armazenar com segurança os materiais físséis removidos das armas nucleares desmontadas, em Mayak.

Negociar e garantir a eliminação das ogivas nucleares e dos seus materiais físséis será uma tarefa extremamente complexa. A ameaça das “armas perdidas” --ogivas nucleares ou materiais físséis que possam escapar ao controle governamental -- já foi identificada como um dos maiores perigos da nossa época. Garantir que isso nunca ocorra é um dos maiores desafios que enfrentamos.

Há quatro elementos essenciais em uma abordagem global para reduzir este aspecto do legado da Guerra Fria. Primeiro, os estados precisam trabalhar em um clima de cooperação para impedir o contrabando de materiais nucleares e para garantir que todo o material nuclear adequado para uso em armamentos esteja contabilizado e guardado em local seguro. Em junho de 1996, em uma cúpula nuclear em Moscou, os estados participantes concordaram com a implementação de um "Programa Para a Prevenção e Combate do Tráfico Ilícito de Material Nuclear", para garantir a maior cooperação em todos os aspectos da prevenção e detecção, intercâmbio de informações, investigações, e processos. A Cúpula de Moscou também reiterou a responsabilidade fundamental de cada estado no sentido de garantir, em âmbito nacional, a segurança de todos os materiais nucleares em seu poder -- o que inclui sistemas eficazes para contabilizar e controlar materiais nucleares, assim como a sua proteção física.

Segundo, os estados devem trabalhar em conjunto para que haja segurança graças à transparência. Sistemas eficazes de monitoração e verificação influenciam a conformidade por parte de todos os

signatários dos acordos de controle de armas. Medidas como intercâmbio de dados e inspeções mútuas reforçam a confiança na estabilidade e na irreversibilidade das reduções e asseguram o controle tanto das ogivas quanto dos materiais físséis. O intercâmbio dessas informações não ocorre por altruísmo, e sim por uma necessidade prática de reduzir a ambiguidade, a incerteza e a ignorância que impede a realização imediata das reduções nucleares.

Terceiro, devemos fazer tudo o que pudermos para evitar o armazenamento de materiais físséis em excesso. Como mencionamos anteriormente, devemos tentar firmar um Tratado Para o Corte de Materiais Físséis, para interromper a produção de urânio e plutônio altamente enriquecido e desprotegido, e dessa forma limitar a quantidade disponível para armas. O acúmulo crescente de plutônio civil separado em várias partes do mundo cria os seus próprios riscos de proliferação. Os Estados Unidos acreditam que nenhuma nação -- quaisquer que sejam as suas opções de ciclo de combustível -- deve acumular depósitos excessivos e que todas devem começar a reduzir esses depósitos com o tempo. O acordo de Moscou é animador porque, pelo menos no contexto do gerenciamento de excesso de material apropriado para armamento, a finalidade é a redução de todos os estoques de plutônio separado e urânio altamente enriquecido por meio do uso não explosivo, seguro e descarte final, tão cedo quanto possível.

Quarto, precisamos nos livrar do excesso de plutônio e urânio altamente enriquecido -- tanto para garantir a irreversibilidade das reduções de armas quanto para garantir que esse material nunca cairá nas mãos erradas. Os Estados Unidos apóiam veementemente a decisão da Cúpula de Moscou de iniciar ampla cooperação multilateral para o descarte do excesso de materiais físséis. Opções de descarte a longo prazo estão sendo examinadas de maneira equilibrada -- levando em consideração os requisitos de não-proliferação e segurança, e fatores técnicos, ambientais e econômicos. No entanto, a incerteza a respeito do descarte final dos materiais físséis das armas desmontadas nunca deve ser

empecilho para a rápida realização das reduções nucleares.

CONTROLE DE ARMAS CONVENCIONAIS

Além dessas prioridades de controle de armas, os Estados Unidos continuam tomando medidas para o controle de armas convencionais e para que haja um clima de confiança e segurança.

O Acordo Sobre as Forças Armadas Convencionais na Europa (Conventional Armed Forces in Europe (CFE) Treaty), resultou na eliminação de mais de 51.300 tanques, veículos blindados de combate, peças de artilharia, aviões de combate e helicópteros de ataque e mais de 2.700 inspeções in loco. O CFE continua sendo o pilar de sustentação da segurança europeia e um modelo para o controle de armas convencionais em outras regiões do mundo.

Sob a égide da Conferência de 1996 Para a Revisão do CFE (1996 CFE Review Conference), que avaliou a operação e implementação do tratado durante os seus primeiros cinco anos, os 30 estados signatários iniciaram um processo de adaptação do tratado à era pós-Guerra Fria. Nesse processo, os Estados Unidos e seus aliados da OTAN se certificarão de que o tratado continue a promover a segurança e a estabilidade na Europa. Além disso, os Estados Unidos continuarão a investir nos seus esforços para garantir que a o controle de armas nos Balcãs seja inteiramente observado e contribua para a estabilidade de toda a região. Também precisamos fortalecer os esforços internacionais para promover a transparência e restringir a transferência de armas convencionais e itens sensíveis de dupla utilidade.

MEDIDAS DE ALCANCE REGIONAL PARA A CRIAÇÃO DE UM AMBIENTE DE CONFIANÇA E SEGURANÇA

Finalmente, os Estados Unidos estão intensificando os esforços no sentido de desenvolver, fomentar, e apoiar medidas de alcance regional com o intuito de criar um clima de confiança e segurança na Eurásia, no Oriente Médio, na região Asia-Pacífico, na América Latina e na África. O controle regional de armas tem se tornado cada vez mais importante no mundo pós-Guerra Fria, à medida que entramos em um novo ambiente de segurança internacional caracterizado pela instabilidade regional e pelas tensões geradas pelos antagonismos políticos, militares, étnicos, e religiosos. Uma forma de reforçar a segurança nacional dos Estados Unidos e a estabilidade regional é promover a adoção de medidas de controle de armas em âmbito mundial. Esta é uma área significativa de esforços no campo do controle de armas pelos países afetados por essas tensões. Tais esforços reduzirão a tensão, promoverão ou manterão a paz, e removerão os incentivos para as corridas armamentistas ou para o desenvolvimento de armas de destruição em massa e seus sistemas de lançamento.

Os Estados Unidos têm uma agenda ambiciosa. Mas considerando os desafios que o mundo está enfrentando, uma agenda que fosse menos ambiciosa não seria responsável. Precisamos fazer tudo o que pudermos para garantir que as armas que, no passado, só usaríamos em último caso, se tornem as armas menos acessíveis do mundo.

ESTRATÉGIA DE NÃO-PROLIFERAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS: “NÃO HÁ PRIORIDADE MAIS ALTA”

James Steinberg

Vice-assistente do presidente Para Questões de Segurança Nacional

Um elemento essencial da estratégia de não-proliferação dos Estados Unidos é tratar dos “conflitos e tensões subjacentes que estimulam a proliferação” na Península Coreana, no Oriente Médio e no Sul da Ásia, diz Steinberg, que é vice-assessor de segurança nacional e assistente do presidente. A seguir apresentamos uma adaptação das suas observações feitas em 9 de junho no Carnegie Endowment for International Peace (Fundo Carnegie Para a Paz Internacional) em Washington.

Sabemos que não há uma única política que possa tratar dos desafios atuais, complexos e variados, no que se refere à proliferação. Mas o presidente Clinton deixou claro que não há prioridade mais alta.

Há três elementos principais na estratégia dos Estados Unidos: primeiro, estabelecer e reforçar regimes de tratados internacionais; segundo, tratar da questão de suprimentos do problema, por meio de mecanismos multilaterais para controlar a disseminação de tecnologias, equipamentos, e materiais relacionados à proliferação; e finalmente, tratar do aspecto da demanda, criando e implementando abordagens internacionais para reduzir os incentivos à proliferação.

Nossa primeira linha de defesa é formada pelos tratados internacionais, que estabelecem as estruturas normativas e legais para que se possa tratar da ameaça da proliferação. Nos últimos quatro anos conseguimos completar um extraordinário esforço, de muitas décadas, para oficializar os elementos principais de uma estrutura global - o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (Nuclear Non-Proliferation Treaty (NPT)), a Convenção Sobre Armas Químicas (Chemical Weapons Convention (CWC)), e a

Convenção Sobre Armas Biológicas (Biological Weapons Convention (BWC)). O desafio agora é duplo: primeiro temos que garantir que o maior número possível de países adote esses regimes; e em seguida temos que criar e implementar sistemas eficazes para verificar e assegurar a conformidade com os tratados.

O regime nuclear conseguiu os maiores progressos. Com a ajuda da nossa liderança, o NPT é uma característica permanente da estrutura internacional e sua aceitação é quase universal. O Conselho de Segurança da ONU criou um precedente sólido, por tomar medidas contra países que violaram o tratado, como o Iraque e a Coreia do Norte.

O status legal do NPT é reforçado pela Agência Internacional de Energia Atômica (International Atomic Energy Agency (IAEA)) e pelas suas inspeções abrangentes de segurança. A comunidade internacional recebeu um alerta preocupante, quando descobrimos o programa clandestino de armas nucleares do Iraque. A nossa reação foi fortalecer a função e os recursos da IAEA, o que resultou na aprovação do novo protocolo modelo, no mês passado. O protocolo fortalecerá, de maneira substancial, a autoridade da IAEA, e sua

capacidade de detectar atividades nucleares secretas em países signatários do NPT. O presidente Clinton pretende apresentar este protocolo para ser ratificado pelo Senado no início do próximo ano.

O sucesso do regime global do NPT é reforçado pela existência de áreas livres de armas nucleares, como a América Latina, a África e o Sul do Pacífico. Os Estados Unidos, no momento, estão trabalhando com os signatários da área livre de armas nucleares do Sudeste da Ásia, para resolver questões que estão prejudicando a conformidade por parte dos Estados Unidos, e estamos interessados em saber mais sobre a área livre de armas nucleares proposta para a Ásia Central. Também esperamos que as discussões entre os signatários apropriados, para o estabelecimento de áreas livres de armas nucleares no Sul da Ásia e no Oriente Médio, possam começar no futuro próximo.

O presidente Clinton também pediu que fosse negociado um Tratado de Corte de Material Físsil (Fissile Material Cutoff Treaty) -- um tratado especialmente valioso nas regiões onde corridas armamentistas desestabilizantes estão comprometendo a segurança e consumindo recursos que deveriam estar sendo utilizados para atender às necessidades sociais. Acreditamos que as negociações devem começar sem demora e por seus próprios méritos. Por mais que isso seja interessante em teoria, o vínculo a um esquema abrangente de desarmamento nuclear simplesmente não é prático. E os riscos são muito grandes para permitir que o bom se torne o inimigo do ótimo.

Em comparação com o regime nuclear, os esforços internacionais para evitar a disseminação de armas químicas e biológicas não têm se desenvolvido tão bem. Agora que a Convenção Sobre Armas Químicas entrou em vigor, devemos garantir que a Organização Para a Proibição de Armas Químicas (Organization for the Prohibition of Chemical Weapons) tenha os recursos e o apoio político para a implementação. Os membros da CWC precisarão trabalhar juntos para que um número maior de países observe a CWC. Esperamos,

especialmente, que o Parlamento Russo ratifique a CWC o mais breve possível.

Sob certos aspectos, a Convenção Sobre Armas Biológicas representa um desafio ainda maior. Embora o tratado esteja em vigor desde 1972 e quase todos os países sejam signatários, o regime não possui nenhum mecanismo de fiscalização ou garantia de conformidade. Nas Nações Unidas, no ano passado, o presidente Clinton pediu que a comunidade internacional completasse, até 1998, um protocolo com força de lei que estabelecesse rígidos procedimentos para a conformidade, incluindo inspeções apropriadas in loco. É nosso desejo começar a trabalhar para atingir este objetivo.

A nossa segunda ferramenta principal para a não-proliferação é a promoção da cooperação entre os fornecedores para controlar a exportação de tecnologia, equipamentos, e materiais que possam contribuir para o desenvolvimento de armas de destruição em massa e sistemas de lançamentos de mísseis. Esta não é uma perspectiva fácil. As novas democracias de mercado da Europa Central e da antiga União Soviética estão tendo problemas para vencer as dificuldades econômicas e criar sistemas eficazes de controle de exportação. E, com exceção de algumas tecnologias muito especializadas, uma estratégia para negar o acesso à tecnologia tem limites reais. Nas sociedades cada vez mais abertas da hoje, será cada vez mais difícil regulamentar a transferência ou o desenvolvimento nacional da infra-estrutura industrial básica e da capacidade técnica necessária para a produção de armas de destruição em massa.

Mesmo assim, há atitudes importantes que a comunidade internacional pode e deve tomar para enfrentar este desafio, tanto por meio de mecanismos nacionais quanto multilaterais. A maioria dos fornecedores ocidentais agora possui controles mais rigorosos sobre produtos de dupla utilidade, além de maior intercâmbio de informações e cooperação legal para combater o contrabando de tecnologias perigosas. Agora precisamos conseguir mais adesões e aperfeiçoar os esforços para o controle da exportação multilateral

no Comitê Zangger (Zangger Committee), no Grupo de Fornecedores Nucleares (Nuclear Suppliers Group), no Grupo da Austrália (Australia Group), e no Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (Missile Technology Control Regime). O acordo de 33 países conhecido como Acordo de Wassenaar (Wassenaar Arrangement) oferece um veículo único para fortalecer a responsabilidade e a transparência na venda de armas convencionais e produtos de dupla utilidade, e para mobilizar o apoio internacional para restringir o comércio com países renegados.

Em última análise, a eficácia desses esforços multilaterais depende da total participação de todos os fornecedores em potencial. A Rússia e a China, em particular, são essenciais para que possamos enfrentar o desafio do fornecimento.

Temos um forte interesse nacional em trabalhar com a Rússia, para garantir que o seu futuro esteja em um relacionamento mais estreito com o Ocidente. O novo Ato de Fundação da OTAN-Rússia (NATO-Russia Founding Act) é apenas um exemplo da nossa estratégia mais ampla de ampliar a integração política e econômica da Rússia. No entanto, há receios políticos e econômicos resultantes da perda dos mercados tradicionais da Rússia que podem criar pressão para desenvolver uma relação de fornecimento com países que, por sua vez, podem representar uma preocupação. Quero mencionar, em especial, a questão da assistência ao Irã, referente a mísseis e tecnologia nuclear. Embora valorizemos as garantias do presidente Yeltsin de que a Rússia limitará a sua assistência nuclear ao Irã, continuamos preocupados com a possibilidade de o Irã explorar a construção, pela Rússia, de uma usina nuclear, para adquirir a capacidade e a infra-estrutura suficientes para apoiar as suas ambições de obter armas nucleares, embora o presidente Yeltsin tenha deixado claro que esta não é a intenção da Rússia.

Estamos também preocupados por termos recebido informações recentes de que entidades russas estão prestando assistência ao programa de mísseis balísticos de longo alcance do Irã. É obvio que ajudar a criar uma força de mísseis que poderia

ameaçar a própria Rússia não coincide com os interesses da Rússia a longo prazo. O presidente Yeltsin declarou que a Rússia se opõe a tal assistência, e nós continuaremos a trabalhar em estreita cooperação com o governo russo para assegurar a implementação dessa política.

A China também apresenta uma situação indefinida. Por um lado, a China tem desempenhado um papel cada vez mais útil no apoio aos regimes internacionais, incluindo a adoção do Tratado Abrangente Sobre a Proibição de Testes (Comprehensive Test Ban Treaty) e a prorrogação (por tempo indefinido) do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, e tem trabalhado conosco para resolver questões específicas de não-proliferação, como o caso da ameaça norte-coreana. Por outro lado, ficamos muito preocupados com alguns dos relacionamentos de fornecimento de armamentos da China e as limitações do seu sistema inadequado -- embora ele esteja melhorando -- de controle de exportação, para impedir as vendas não autorizadas.

No decorrer deste último ano, conseguimos algum progresso ao lidar com essas questões. A China reduziu a sua cooperação nuclear com o Irã -- especialmente nas áreas que poderiam contribuir para a capacidade daquele país de fabricar armas nucleares -- e a China está tomando providências para cumprir a sua promessa de não prestar assistência em instalações nucleares não protegidas. Implementando um sistema eficaz de controle de exportação, a China pode ajudar a estabelecer uma base para ativar o Acordo de Cooperação Nuclear Pacífica de 1985 (1985 Peaceful Nuclear Cooperation Agreement) entre os nossos dois países.

Ao mesmo tempo, ainda temos problemas. Recentemente impusemos sanções contra vários indivíduos e empresas privadas chinesas por terem contribuído com o programa de armas químicas do Irã. Estamos também preocupados pois temos recebido, continuamente, informações sobre exportações de materiais relacionados com mísseis, da China para o Paquistão e para o Irã.

Continuaremos a usar todas as ferramentas de que dispomos -- cooperação, diplomacia persistente, sanções contra certos indivíduos ou organizações quando este for o procedimento apropriado -- para estimular melhorias nos esforços da China em prol da não-proliferação. Acreditamos que a China deve perceber, cada vez mais, que não é do seu próprio interesse ajudar a espalhar armas perigosas ou a incentivar a instabilidade na sua própria vizinhança.

O terceiro maior componente da nossa estratégia de não-proliferação é tratar dos conflitos e tensões subjacentes que estimulam a proliferação em três regiões-chaves: a Península Coreana, o Oriente Médio, e o Sul da Ásia. Nessas regiões, os tratados internacionais e acordos multilaterais de controle de exportações podem ajudar a diminuir a proliferação, ou pelo menos a criar barreiras que impeçam os países de desafiar abertamente as normas de não-proliferação. Mas qualquer progresso significativo deverá requerer uma mudança na avaliação da segurança dos estados em questão.

Na Península Coreana, a Estrutura Aceita de 1994 (1994 Agreed Framework) congelou o programa da Coreia do Norte para produzir material nuclear e estabeleceu um plano para a futura conformidade, por parte da Coreia do Norte, das condições de garantia da IAEA, remoção de materiais nucleares e desativação das instalações nucleares da Coreia do Norte. Ao mesmo tempo, a Estrutura Aceita é potencialmente vulnerável a pressões políticas e a tensões regionais. Além disso, continuamos preocupados com a capacidade da Coreia do Norte de produzir armas químicas e com o seu programa de mísseis; isso inclui exportações. Para enfrentar essas ameaças, nossa estratégia mais ampla de segurança na região inclui a manutenção de uma forte aliança com a Coreia do Sul e o início de conversações entre quatro partes, para estabelecer uma paz permanente na península, assim como nossos contatos diretos com a Coreia do Norte a respeito das questões dos mísseis e armas químicas.

No Oriente Médio a proliferação é alimentada pela rivalidade estratégica entre o Irã e o Iraque pela supremacia no Golfo, e pela ausência de uma paz abrangente entre Israel e seus vizinhos. Nossa estratégia tem três elementos: Primeiro, precisamos manter a vigilância sobre os esforços do Iraque para reativar os seus programas de armas, mantendo restrições do Conselho de Segurança sobre a capacidade militar do Iraque, e apoiando os regimes de inspeções insistentes, conduzidas pela Comissão Especial da ONU (U.N. Special Commission) e pela IAEA. Segundo, queremos fortalecer o esforço internacional no sentido de não permitir que o Irã tenha acesso aos meios de desenvolver armas químicas e nucleares e mísseis balísticos. Finalmente, mantemos nosso compromisso no sentido de nos manter em uma função ativa ao tentar ajudar a reduzir as tensões e a resolver o conflito árabe-israelense, o que permitiria o recomeço das conversações regionais para o controle de armas e segurança, e em última análise, eliminaria os incentivos à proliferação.

No Sul da Ásia, a Índia e o Paquistão adquiriram a capacidade de fabricar e usar engenhos nucleares e mísseis, e continuam a expandir seus programas, mas nenhum dos lados admite que possui tal capacidade e que essas armas estão posicionadas. Uma solução política a curto prazo para a proliferação no Sul da Ásia é pouco provável.

Mas há sinais de esperança de que os novos governos em Nova Delhi e Islamabad têm um verdadeiro interesse em manter o diálogo e melhorar as relações bilaterais, o que pode reafirmar as restrições de fato que ambos os lados estão observando. Os Estados Unidos continuarão a encorajar a Índia e o Paquistão a resolver suas diferenças à mesa de negociações. Também continuamos a insistir para que ambos os lados se movam na direção certa no que diz respeito ao Tratado Abrangente para a Proibição de Testes Nucleares e o Tratado de Corte de Material Físsil, e a congelar e, finalmente, eliminar seus arsenais de armas nucleares e mísseis. ●

ACORDO LATERAL DAS CFE: FORTALECENDO A SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS E DA EUROPA

*Walter B. Slocombe
Sub-secretário de Defesa Para Assuntos de Política*

O Tratado do Acordo Lateral Para as Forças Armadas Convencionais na Europa (CFE) (Flank Agreement to the Conventional Armed Forces in Europe (CFE) Treaty) entrou em vigor em maio de 1997, pouco depois de o Senado dos Estados Unidos tê-lo aprovado e do presidente Clinton ter assinado a resolução de ratificação. O acordo contém o limite para as CFE no que se refere a tanques, veículos blindados de combate, e artilharia, na zona dos flancos russos e ucranianos, mas o aplica em uma área menor. As regiões removidas da zona original dos flancos serão sujeitas a novas restrições e verificações adicionais e medidas de transparência. Neste artigo, adaptado do seu depoimento, em abril de 1997, perante o Comitê de Relações Exteriores do Senado (Senate Foreign Relations Committee), Slocombe explora o impacto do Acordo Lateral sobre a segurança militar dos Estados Unidos, seus aliados da OTAN, e seus amigos na zona dos flancos.

O Tratado Sobre as Forças Armadas Convencionais na Europa (Treaty on Conventional Armed Forces in Europe (CFE)) é um elemento vital da nova e mais favorável situação de segurança na Europa. Quando o tratado foi assinado em 1990, ele representava um avanço significativo na segurança e no controle de armas na Europa, devido aos seus requisitos sem precedentes para reduções de equipamento militar convencional, intercâmbio anual de informações militares, e insistentes verificações. A consolidação desses pontos fortes e benefícios continua a ser um dos principais objetivos para os Estados Unidos e para os nossos aliados da OTAN.

Para que esses benefícios continuem, o Tratado CFE precisa se adaptar às mudanças na Europa, particularmente ao colapso do Pacto de Varsóvia e à dissolução da União Soviética. O Tratado do Acordo Lateral das CFE (CFE Treaty Flank Agreement) representa tais adaptações. Ele é uma parte importante da posição da OTAN para adaptar o Tratado das CFE às mudanças maiores

na Europa, que incluem a expansão da aliança. O Acordo Lateral preservará os benefícios a longo prazo do Tratado das CFE e manterá o processo de adaptação em andamento.

Eu gostaria de me concentrar, particularmente, no impacto do Acordo Lateral das CFE e nas regiões vizinhas. O Departamento de Defesa acredita firmemente que o Acordo Lateral atende aos interesses de segurança militar de todos aqueles países. A nossa segurança, assim como a deles, seria prejudicada sem o Acordo Lateral.

A região dos flancos, uma das quatro zonas em que a área da CFE de aplicação é dividida, cobre a Noruega, Islândia, Turquia, Grécia, Romênia, Bulgária, Moldova, Geórgia, Azerbaijão, Armênia, e partes da Ucrânia e Rússia. Os limites dos flancos foram estabelecidos durante as negociações do tratado das CFE, principalmente devido às preocupações da Noruega e da Turquia de que a retirada das forças soviéticas da Europa Central e Oriental poderia resultar em um acúmulo

significativo de forças soviéticas nas suas fronteiras ou nas proximidades. Os limites dos flancos originais permitiam que a União Soviética mantivesse, dentro das partes do norte e do sul da zona dos flancos, até 1.850 tanques, 2.775 peças de artilharia, e 1.800 veículos blindados de combate (ACVs) em unidades ativas, e até 1.000 tanques, 900 peças de artilharia, e 800 ACVs, em locais designados para reserva em partes específicas da região dos flancos.

Aproximadamente um ano após a assinatura do Tratado das CFE, a União Soviética foi extinta. Em maio de 1992, antes de o tratado entrar em vigor, os antigos estados soviéticos que se tornaram signatários do Tratado das CFE (Rússia, Ucrânia, Bielo Rússia, Casaquistão, Moldova, Armênia, Azerbaijão e Geórgia) assinaram o Acordo de Tashkent (Tashkent Agreement), que dividiu a alocação de equipamentos da União Soviética. Segundo aquele acordo as unidades ativas russas na zona dos flancos não podem manter mais de 700 tanques, 580 ACVBs, e 1.280 peças de artilharia. Foram atribuídos à Rússia mais 600 tanques, 800 ACVs, e 400 peças de artilharia em Locais Designados Para Armazenamento Permanente. A Rússia e a Ucrânia são os únicos estados das CFE cujo Equipamento Limitado pelo Tratado (Treaty-Limited Equipment ou TLE) está sujeito a sub-limites geográficos dentro do seu próprio território nacional.

Assim, foi concedida muito menos flexibilidade às forças russas e ucranianas do que havia sido concedida à União Soviética. A partir do outono de 1992, ambos os estados pediram aos outros participantes da CFE que relaxassem os limites dos flancos, os quais elas consideravam restritivos em demasia.

A Ucrânia estava particularmente preocupada com o fardo econômico de ter que mover TLE, remover unidades da sua zona de flanco, e construir nova infra-estrutura no interior para recebê-las. A Rússia também tinha essa preocupação, mas a sua ênfase era na necessidade de uma atribuição maior de equipamento no flanco -- especialmente ACVs --

devido às instabilidades no Distrito Militar do Norte do Cáucaso (por exemplo, Chechênia) e estados do Cáucaso (Geórgia, Armênia, e Azerbaijão).

Enquanto os Estados Unidos e outros estados membros das CFE consideravam as solicitações da Rússia e da Ucrânia para o relaxamento dos limites dos flancos, duas preocupações quanto à segurança eram de primordial importância em nosso pensamento. Primeiro, e mais importante, havia a necessidade manter a integridade do Tratado CFE. As forças armadas russas davam tanta importância à necessidade de TLE adicionais na zona dos flancos que em vários pontos os seus representantes ameaçaram solicitar a retirada da Rússia do tratado se as suas exigências quanto aos flancos não fossem atendidas. O fim do Tratado CFE teria afetado significativamente os Estados Unidos e nossos aliados da OTAN, comprometendo um elemento-chave da nova situação de segurança na Europa. A posição oficial do governo russo era de que embora a Rússia fosse implementar todas as outras disposições das CFE's de boa fé, ela não poderia cumprir as suas obrigações do Artigo V (referente aos flancos) sem comprometer a sua segurança. Na verdade, o cumprimento, por parte da Rússia das suas obrigações da CFE, em geral, tem sido boa. A Rússia cumpriu as suas obrigações gerais de redução notificadas pelas CFE dentro do prazo, em novembro de 1995. Isso envolveu a destruição ou a conversão para uso não-militar de mais de 11.000 peças de TLE, incluindo tanques, artilharia, ACVs, aviões de combate e helicópteros de ataque.

Esse esforço russo representou um quinto do total da destruição de equipamento da CFE -- mais de 53.000 peças de TLE, pelos 30 estados das CFE. Apesar desses números, os aliados acreditavam que se a Rússia continuasse incapaz de cumprir suas obrigações referentes aos flancos, isso comprometeria a legitimidade do regime de flancos como um todo, e possivelmente até mesmo o próprio tratado. Isso poderia ter implicações de segurança muito sérias para todos os membros da aliança da OTAN, especialmente os nossos aliados na região dos flancos.

A segunda consideração importante era de que qualquer ajuste nos arranjos dos flancos das CFE não deveria afetar negativamente a segurança de qualquer estado das CFE ou de qualquer outro estado próximo à zona dos flancos russos. Os limites dos flancos russos não afetavam a segurança militar imediata dos Estados Unidos, e nem da maioria dos nossos aliados da OTAN. No entanto, eles tinham um efeito imediato sobre a Turquia e a Noruega, e sobre amigos na região, como por exemplo os estados dos Bálcãs, a Finlândia, a Ucrânia, a Moldova, e os estados do Cáucaso -- e portanto, tinham um efeito importante, embora indireto, sobre a nossa segurança, também.

Uma proposta russa durante as negociações sobre os flancos -- o estabelecimento de uma “zona de exclusão” da CFE no sul -- era completamente inaceitável sob ambas as perspectivas. A suspensão de disposições importantes do tratado em qualquer parte da área da CFE, de aplicação, seria contrária à necessidade de preservar a integridade do tratado como um todo. Isso poderia potencialmente permitir que a Rússia acumulasse forças na parte sul do flanco, que poderiam ameaçar a Turquia e os antigos estados soviéticos vizinhos.

A preocupação com a segurança militar dos estados vizinhos também nos levou a rejeitar as propostas que poderiam levar a aumentos inaceitavelmente grandes de TLE, na parte do sul ou do norte da zona de flanco russa.

Finalmente, e muito importante, era essencial que qualquer solução para o problema dos flancos fosse consistente com os requisitos do tratado referentes à soberania territorial e à permissão dos estados-anfitriões para o posicionamento de forças.

A resolução da questão dos flancos levou mais de dois anos, e foi necessário o envolvimento de todos os estados das CFE. Os Estados Unidos fizeram muitas consultas aos nossos aliados da OTAN (especialmente à Turquia e à Noruega), à Rússia, Ucrânia, Moldova, Geórgia, Armênia, Azerbaijão e aos outros parceiros do tratado para conseguir a resolução dessa difícil questão. Além disso, consultamos países que não fazem parte do tratado

mas que são interessados no assunto, incluindo os estados nórdicos e bálticos neutros. Como fizemos no decorrer das negociações iniciais da CFE, os aliados da OTAN adotaram posições comuns nas negociações sobre os flancos, as quais nós apresentamos à Rússia e à Ucrânia, e aos outros signatários das CFE.

As consultas com signatários particularmente interessados das CFE ocorreram de forma multilateral, no Grupo Consultivo Conjunto das CFE (CFE Joint Consultative Group (JCG)) in Vienna, entre os aliados da OTAN no Grupo de Trabalho de Alto Nível da OTAN Sobre o Controle de Armas (NATO's High Level Task Force on Arms Control), e de forma bilateral, nas capitais. Por causa das questões militares específicas envolvidas, o Departamento de Defesa trabalhou ativamente com os seus pares nos Ministérios da Defesa, especialmente com as partes interessadas, como a Turquia, a Noruega e a Rússia.

Em setembro de 1995, a OTAN apresentou uma proposta no JCG, para resolver a questão dos flancos. A proposta da OTAN, na qual o Acordo Lateral se baseia, consistia de vários elementos específicos:

- manutenção dos limites dos flancos do tratado;
- remoção de algumas áreas definidas das zonas de flancos russas e ucranianas, de modo que os limites dos flancos do tratado se aplicassem a uma região menor, e o movimento dos TLE fosse encorajado, rumo ao interior;
- restrições aos TLE em áreas removidas da zona dos flancos, e medidas adicionais de transparência e verificação nas áreas de flancos “velhas” e “novas”.

O JCG concordou, em novembro de 1995, com a versão inicial de um Acordo Lateral, nos moldes da versão apresentada na proposta da OTAN. Houve muitas consultas e negociações em Viena e nas capitais, para concluir os detalhes dentro desse esboço geral. O acordo final foi conseguido na Conferência de Análise da CFE (CFE Review Conference) em maio de 1996.

Em conformidade com o Acordo Lateral, as seguintes áreas não farão mais parte da área de flancos: região de Odessa na Ucrânia; regiões de Volgogrado e Astrakhan no sul da Rússia; uma parte oriental da região de Rostov no sul da Rússia; instalações de reparos de Kushchevskaya no sul da Rússia, e um estreito corredor em Krasnodar Kray, que leva a Kushchevskaya; e a região de Pskov no norte da Rússia.

Apesar do fato de que essas áreas não estarão sujeitas aos limites dos flancos, elas ainda estarão restritas pelos limites gerais sub-zonais do tratado CFE.

Além disso, sub-limites para ACVs foram instituídos para Pskov (600), Astrakhan (552); Volgograd (552); e região oriental de Rostov (310). Finalmente, o Acordo Lateral impõe restrições gerais à zona do “flanco original” da Rússia, de 1.800 tanques, 3.700 ACVs, e 2.400 peças de artilharia. Essas restrições gerais limitarão o fluxo de equipamento do flanco revisado para a zona do “flanco original”.

Assim, o posicionamento, pelos russos, de TLE nas regiões próximas à Ucrânia, no Cáucaso, Turquia, e estados bálticos e nórdicos, será restrito. Além disso, as áreas russas banhadas pelo Mar Negro (Krasnodar Kray, região ocidental de Rostov) e

pelo Mar Báltico/Mar de Barents (Distrito Militar de Leningrado) continuam a fazer parte da zona dos flancos. Essas duas características do Acordo Lateral atende a importantes requisitos de segurança da Turquia, Ucrânia, estados bálticos, e estados nórdicos.

A Rússia tem até 31 de maio de 1999 para colocar suas forças que podem ser verificadas na zona realinhada de flanco, em total conformidade com os limites de flancos do tratado. No entanto, o Tratado Lateral determina que a Rússia não aumente os seus posicionamentos de TLE na zona de flanco original após 31 de maio de 1996, sob a aplicação provisória do acordo.

O Tratado Lateral reconhece que a Rússia tem o direito de aumentar os seus TLE permitidos na zona de flanco realinhada, por meio de um ou ambos mecanismos: retribuição das quotas de TLE de Tashkent e uso de posicionamentos temporários limitados, permitidos em conformidade com o tratado.

No entanto, o acordo especifica que qualquer um desses resultados deve ser obtido por meio de livres negociações e com total respeito pela soberania dos países signatários envolvidos. Essas disposições no Tratado Lateral fortalecem a disposição no Artigo IV(5) do próprio tratado, segundo a qual, dentro

FORÇAS ARMADAS CONVENCIONAIS NA EUROPA (CFE):
NÍVEIS ATUAIS DE TROPAS/EQUIPAMENTOS E LIMITES DAS CFE
(dados de 1 de janeiro de 1997) from ACDA and the International Institute for Strategic Studies)

	Efetivos		Tanques		Veículos Blindados de Combate		Peças de Artilharia		Helicópteros de Ataque		Aviões de Cobate	
Russia	1,450,000	818,471	6,400	5,541	11,480	10,198	6,415	6,011	890	812	3,450	2,891

do contexto do Tratado CFE, um estado signatário não pode estacionar forças no território de outro estado signatário sem a sua permissão.

Consequentemente, se um estado signatário fizesse isso, tal ato seria considerado uma violação do tratado.

Finalmente, o Tratado Lateral prevê medidas adicionais de transparência na zona original dos flancos, que entram em vigor com a aplicação provisória. Dez inspeções complementares localizadas declaradas podem ser conduzidas nas várias áreas removidas da zona de flanco. Além disso, os dados necessários em conformidade com as disposições de intercâmbio de informações do Tratado CFE devem ser fornecidos a cada seis meses, para a zona de flanco original, ao invés de anualmente. Para Kushchevskaya, a frequência é aumentada para cada trimestre.

Embora o Tratado Lateral dê à Rússia e à Ucrânia mais flexibilidade em posicionamentos de TLE do que havia proporcionado anteriormente, ele não altera o equilíbrio militar nas regiões norte ou sul. Da mesma forma, ele não é prejudicial à situação de segurança ou à soberania dos vizinhos menores da Rússia, dos Estados Unidos e nem de todos os

estados dentro da área de aplicação da CFE, devido à sua principal contribuição no sentido de garantir que o Tratado CFE continue sendo viável.

Quando os Estados Unidos e os outros signatários das CFE iniciaram as negociações sobre os flancos, tínhamos vários objetivos fundamentais: conservar a integridade e a viabilidade do Tratado das CFE; preservar os interesses de segurança de todos os estados signatários e estados regionais não-participantes próximos à região dos flancos da Rússia; e ceder, se possível, às necessidades legítimas de TLE da Rússia e da Ucrânia na região dos flancos. O Tratado Lateral conseguiu atingir todos esses objetivos. Ele dá à Rússia e à Ucrânia a flexibilidade necessária nos seus posicionamentos de TLE, mas de uma forma limitada no seu alcance geográfico, numericamente restrita, transparente, e coerente com os requisitos de segurança dos seus vizinhos. Ele garante que o regime de flancos continuará viável, o que é uma questão de importância crítica para nossos aliados nos flancos e amigos na região.

O Departamento de Defesa acredita firmemente que o Acordo Lateral defende os interesses de segurança dos Estados Unidos e de toda a Europa.

REDUCAO DA AMEACA NUCLEAR: É MELHOR PREVENIR QUE REMEDIAR

Dra. Susan Koch

Vice-secretária assistente de Defesa Para Política de Redução de Ameaça

O programa de Cooperação Para a Redução de Ameaça, do Departamento de Defesa (Department of Defense's Cooperative Threat Reduction (CTR)) — que acelerou a desmontagem de milhares de armas nucleares da antiga União Soviética — representa uma mudança fundamental no relacionamento entre os Estados Unidos e a Rússia, distanciando-se das mentalidades da Guerra Fria, diz Koch.

O programa, ela enfatiza, “trata de claros riscos à segurança nacional, tanto dos Estados Unidos quanto dos estados beneficiários, a um custo inferior ao necessário para conter essas ameaças por meios militares.”

A dissolução da União Soviética em 1991 deixou quatro estados sucessores com armas nucleares em seus territórios: Rússia, Bielo Rússia, Casaquistão e Ucrânia. Este súbito aumento no número de membros em potencial do “clube nuclear” apresentava uma ameaça real à estabilidade mundial e à não-proliferação.

O programa de Cooperação Para a Redução de Ameaça, do Departamento de Defesa (CTR) está lidando com esta ameaça, acelerando o desmantelamento de milhares de armas nucleares da antiga União Soviética, e portanto garantindo que a Rússia seja a única herdeira nuclear da antiga União Soviética.

O programa CTR foi criado em 1991 com a aprovação, pelo Congresso dos Estados Unidos, da Lei de Redução da Ameaça Nuclear Soviética (Soviet Nuclear Threat Reduction Act) -- também conhecida como projeto Nunn-Lugar porque foi proposta pelo Senador Richard Lugar e pelo ex-Senador Sam Nunn. Os fundos para o programa totalizam US\$1,800,000, dos quais mais da metade é atribuída à Rússia.

No início, o programa CTR tratou das questões imediatas a respeito das armas nucleares existentes no período pós-soviético e aproveitou a oportunidade para consolidar o progresso no controle de armas entre os Estados Unidos e a União Soviética.

A assistência do CTR na remoção da ogivas nucleares para a Rússia, para desmontagem, encorajou Bielo Rússia, a Ucrânia e o Casaquistão a se tornarem estados signatários não-nucleares do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (Nuclear Non-Proliferation Treaty) e permitiu que o primeiro Tratado Para a Redução de Armas Estratégicas (Strategic Arms Reduction Treaty (START)) entrasse em vigor. Aproximadamente 3.400 ogivas nucleares foram devolvidas à Rússia; o Casaquistão ficou livre de armas nucleares em 1995 e a Ucrânia e Bielo Rússia, em 1996. A assistência do CTR na desmontagem de armas também ajudou a Rússia a ficar à frente do cronograma no que se refere ao cumprimento de seus compromissos de redução para o START.

Além de acelerar a razão à qual os estados sucessores desmontam os seus sistemas de armas, os programas CTR tornam o controle de armas

irreversível. Ajudando diretamente os antigos estados soviéticos na desmontagem propriamente dita, as reduções de armas são garantidas. Até agora, 1.700 mísseis e 760 lançadores e bombardeiros foram eliminados na Rússia. Os programas permitem que as armas sejam literalmente cortadas em pedaços, para nunca mais representarem uma ameaça.

Embora esses esforços de governo-a-governo reduzam a ameaça de guerra, o CTR também trata dos receios de que as mudanças domésticas na antiga União Soviética possam promover o vazamento de armas, material, e pessoal. Protegendo as armas nucleares enquanto elas são encaminhadas para a desmontagem, o CTR reduz a possibilidade de que materiais e armas nucleares possam ser obtidos por grupos sub-nacionais, terroristas, crime organizado, ou estados “renegados”.

A assistência do CTR também proporciona equipamento e treinamento para a armazenagem segura de materiais utilizados na fabricação de armas e para controles sobre a exportação. A ameaça representada pelo material nuclear da antiga União Soviética está principalmente na

preocupação com o fato de que a segurança inadequada facilita o vazamento de materiais usados na fabricação de armas para fora do país. O relaxamento dos controles domésticos fez com que o complexo bélico que anteriormente era invulnerável se tornasse muito suscetível ao roubo. A súbita elevação das fronteiras, da categoria de internas para externas, as tornou mais permeáveis ao contrabando. Tratando da segurança ocupacional e patrimonial, contabilização, centralização e redução de armas nucleares e material físsil, a assistência do CTR ajuda muito a reduzir tanto os estoques quanto a possibilidade de proliferação.

Para reduzir a produção de plutônio -- adequado para uso em armamento -- pelos reatores usados para geração de energia, o CTR está atualmente negociando com a Rússia para auxiliar na conversão dos núcleos dos reatores para que somente material inservível para o uso em armamento seja produzido. O CTR foi também uma parte essencial do Projeto Safira (Project Sapphire), no qual mais de 500 quilos de urânio altamente enriquecido foram trazidos para os Estados Unidos para serem armazenados em total segurança.

Ex-ministros da defesa da Ucrânia, dos Estados Unidos e da Rússia água girassóis recentemente plantados em cima de um antigo silo de míssil SS-19 ICBM (míssil balístico intercontinental), em Prevomaysk, Ucrânia. O silo foi desmontado de acordo com o Programa de Redução de Ameaças, em Cooperação com os Estados Unidos (U.S. Cooperative Threat Reduction Program) que está sendo implementado.

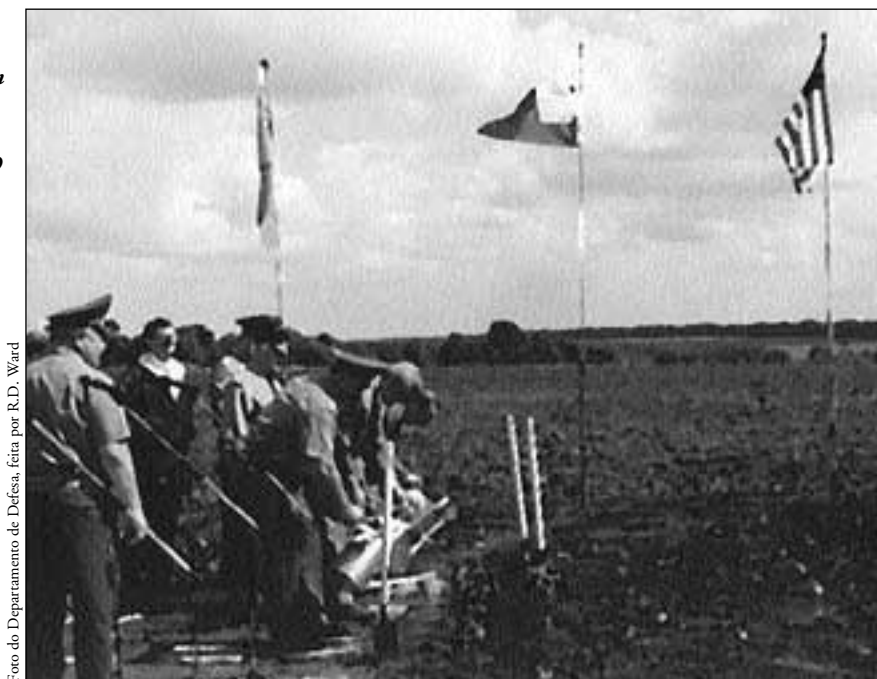


Foto do Departamento de Defesa, feita por R.D. Ward

Só recentemente a comunidade internacional enfrentou os perigos das armas químicas. Os Estados Unidos ratificaram a Convenção Sobre Armas Químicas (Chemical Weapons Convention) em abril de 1997 e há muito se comprometeram a eliminar todas as suas armas químicas. A Rússia -- o único outro país que declarou possuir armas químicas -- possui o maior estoque de armas químicas do mundo. Espera-se que a Rússia ratifique em breve a Convenção Sobre Armas Químicas como um sinal do seu comprometimento com a destruição de suas armas químicas. O CTR já começou a trabalhar no sentido de construir uma instalação para a destruição de armas, para iniciar e acelerar o programa de destruição de armas químicas da Rússia.

O fato de o complexo militar-industrial ser vulnerável ao roubo não é o único problema. Os cientistas que antigamente trabalhavam no outrora grande e orgulhoso sistema de laboratórios soviéticos são suscetíveis a ofertas de alta remuneração pelos seus serviços especializados, feitas por “estados renegados”. Centros científicos patrocinados pelo CTR estão proporcionando oportunidades de pesquisa pacífica para esses cientistas, tanto no intuito de reduzir o antigo complexo bélico soviético quanto para evitar que os cientistas se mudem, para assumir empregos lucrativos em outros países.

Outros programas do CTR tratam de questões referentes às armas remanescentes da era pós-soviética. O CTR patrocina contatos militares e de defesa que ajudam a superar mentalidades típicas da Guerra Fria que ainda persistem em ambos os lados. Além dos quatro estados já mencionados, o CTR conduz programas para facilitar os contatos com militares em outros antigos estados soviéticos. Trabalhando com o intuito de expandir o intercâmbio e as visitas bilaterais, o CTR ajuda a criar um clima de transparência, a reformar as forças armadas daqueles estados em linhas mais democráticas, e a estimular o respeito mútuo e interesses compartilhados. Esses contatos servem para abrandar ou eliminar os perigos da sua estrutura remanescente de armas de destruição em massa.

No momento há quatro acordos de proteção do

CTR - com a Rússia, Bielo Rússia, Casaquistão e Ucrânia. Acordos de proteção foram recentemente assinados, para que se iniciem programas CTR na Moldova, Geórgia, e Usbequistão. A extensão do programa CTR para esses estados os encoraja a se tornarem membros da comunidade internacional no verdadeiro e completo sentido da expressão.

Todos os programas que o CTR administra tratam de riscos claros à segurança nacional tanto dos Estados Unidos quanto dos estados beneficiários, a um custo inferior ao que seria necessário para conter essas ameaças por meios militares. Os programas do CTR tratam da questão da ameaça das armas de destruição em massa na fonte.

Ao invés de agir como adversários, os Estados Unidos e os estados que recentemente se tornaram independentes estão trabalhando em conjunto, o que beneficia a ambas as partes. O CTR se concentra na oportunidade de reduzir os perigos em potencial devido ao excesso de armas de destruição em massa e em dar apoio às reformas na indústria. Enquanto o CTR reduz a ameaça aos Estados Unidos, representada pelas armas de destruição em massa da antiga União Soviética, ele o faz de uma maneira que reflete e amplia o relacionamento de cooperação que está sendo criado entre os Estados Unidos e os nossos antigos adversários. ●

APÓS A ASSINATURA DOS ACORDOS DE PAZ AS MINAS TERRESTRES FICAM

Uma Entrevista com o senador Democrata Patrick Leahy

Leahy é um líder na campanha internacional contra a produção, uso, e exportação de minas terrestres anti-pessoais. Como delegado dos Estados Unidos nas Nações Unidas em 1994, ele apresentou, na Assembléia Geral da ONU, uma resolução dos Estados Unidos pedindo a eliminação final das minas terrestres; a medida foi adotada por unanimidade. O senador diz que aplaude o desejo do presidente Clinton de “nos ver livrar o mundo das minas terrestres”, mas acredita que o processo de negociação de Ottawa será um meio melhor e mais rápido de atingir esse objetivo do que a Conferência Para o Desarmamento baseada em Genebra. Ele foi entrevistado pelo Vice-Editor Executivo Jacqui Porth.)

PERGUNTA: POR QUE AS MINAS TERRESTRES FORAM PARTICULARMENTE ESCOLHIDAS COMO SENDO UMA QUESTÃO SÉRIA NO CONTEXTO DE CONTROLE DE ARMAS?

LEAHY: Atualmente, estima-se que haja até 100 milhões de minas terrestres no solo, em 65 a 70 países. Essas minas incapacitam ou matam aproximadamente 25.000 pessoas todos os anos, principalmente civis. Um Cambojano veio ao meu gabinete em Vermont e disse que no seu país eles estavam retirando as minas, ao preço de um braço e uma perna de cada vez.

Trata-se de uma questão séria. Assim que uma guerra termina, e um lado vence ou um acordo de paz é assinado, os exércitos vão embora, os tanques vão embora, as armas são descarregadas, mas as minas terrestres ficam. Depois de 10 anos, os fazendeiros ainda não podem ir até os seus campos, as crianças ainda não podem caminhar pela estrada até as escola, os animais não podem ir até os locais onde há água para beber, e grandes áreas do país não podem ser habitadas e nem utilizadas porque as minas terrestres ainda estão lá -- frequentemente em lugares onde ninguém se lembra de quem as colocou ou que lado o fez.

P: EM JANEIRO, O PRESIDENTE CLINTON CONCLAMOU A CONFERÊNCIA SOBRE DESARMAMENTO (CD) EM GENEBRA PARA QUE ESTA NEGOCIASSE, O MAIS CEDO POSSÍVEL, UMA PROIBIÇÃO DAS MINAS TERRESTRES, QUE FOSSE GLOBAL E ABRANGENTE. O SENHOR ACHA QUE ISSO É IMPORTANTE? POR QUÊ?

LEAHY: Eu acho que o que o presidente pediu, uma proibição global, é importante, mas acho que isso não vai acontecer na CD. Trata-se de um lugar muito confortável para negociar. Eles podem continuar durante anos. Eles ainda nem concordaram sobre um formato para as negociações. Como uma questão prática, qualquer país pode vetar qualquer coisa que a CD tentar fazer porque este deve ser um caso em que ou todos concordam ou ninguém concorda.

Eu já disse muitas vezes que se você realmente quiser negociar um acordo sobre minas terrestres, pegue uma mesa e coloque-a em um campo, na região sub-Saara da África ou no Camboja, ou em algum país cheio de minas terrestres e diga aos negociadores que eles terão que caminhar até a mesa que está no meio do campo. E se eles não chegarem a um acordo sobre uma proibição total

no primeiro dia, a mesa estará em outro campo no segundo dia. Bem, naturalmente eles chegariam a um acordo rapidamente. Mas não há urgência quando você está em Genebra.

Portanto eu aplaudo o desejo do presidente de nos ver livrar o mundo das minas terrestres, mas acho que a proposta do seu governo provavelmente não será bem sucedida. Acredito que o “Processo de Ottawa” é muito melhor. Trata-se de um processo destinado a reunir o maior número possível de países no Canadá e assinar um acordo. Os signatários não produzirão minas terrestres; eles não exportarão minas terrestres; eles não usarão minas terrestres. E nós temos 90 ou mais países que se comprometeram a assinar, e esses 90 países não são países insignificantes -- temos a Alemanha, Bélgica, Itália, o Reino Unido, a África do Sul, Moçambique, que tem um enorme problema com as minas terrestres, e Angola, que também tem um enorme problema. Estes são países que podem argumentar que precisam de minas terrestres, mas que estão dispostos a desistir delas. E se os Estados Unidos se unissem a eles, eu acho que a força do grupo seria tal, que quase todos os países iriam acabar apoiando a proibição. E os países que não o fizessem se tornariam párias.

P: ALÉM DA DIFERENÇA NA QUESTÃO DE TEMPO, O SENHOR VÊ OUTRAS DIFERENÇA ENTRE AS DUAS ABORDAGENS?

LEAHY: O tempo é provavelmente a maior diferença porque o Canadá está falando em ter um acordo concreto até o fim deste ano. E pela simples força do “momentum”, isso provavelmente acontecerá. O CD pode continuar por muitos anos, durante os quais milhões de minas a mais serão colocadas.

Mesmo se nos uníssemos ao grupo do Canadá e insistíssemos para que houvesse o maior número possível de signatários até dezembro, eu não acho que reuniríamos todos os países lá, e especialmente não a Rússia e nem a China. Mas seria como a Convenção sobre Armas Químicas (Chemical Weapons Convention) -- teríamos a maioria dos países e o fardo cairia sobre aqueles que não se juntassem a nós.

Durante o Governo Kennedy, o presidente Kennedy anunciou unilateralmente uma proibição de testes nucleares e desafiou outras nações a se unirem a nós, e finalmente elas o fizeram porque havíamos dado o exemplo moral.

O presidente Reagan fez a mesma coisa com a Convenção Sobre Armas Químicas (Chemical Weapons Convention (CWC)): desafiou outros países a se unirem a nós, e no final, a maioria o fez. E o presidente Bush negociou, e o presidente Clinton - vamos dar o crédito a ele - empurrou a CWC em um Senado relutante. Embora não tenhamos envolvido todos os países, temos a maioria dos países, e isso é um grande passo à frente.

Bem, muito mais gente inocente já foi morta ou incapacitada por minas terrestres do que por armas nucleares ou armas químicas. E o meu argumento é de que a mesma filosofia que nos levou ao Tratado de Proibição de Testes Nucleares e à Convenção Sobre Armas Químicas deve impulsionar esse esforço.

P: QUAL É O PAPEL DO CONGRESSO NO SENTIDO DE AJUDAR A CONSEGUIR UMA PROIBIÇÃO DAS MINAS TERRESTRES?

LEAHY: Normalmente uma iniciativa sobre o controle de armas parte do presidente, e o Congresso reage contra ou a favor, especialmente no caso de um tratado, que requer a aprovação do Senado. Esta, até onde eu sei, é a primeira vez que o Congresso lidera o processo. Sessenta senadores se uniram ao movimento, e provavelmente haverá mais, em apoio à Lei da Eliminação de Minas Terrestres de 1997 (Landmine Elimination Act of 1997), também conhecida como projeto Leahy-Hagel, que proíbe a colocação de novas minas anti-pessoais pelos Estados Unidos, a partir de 1 de janeiro de 2000. A única exceção é a Península da Coreia, onde o presidente tem a autoridade de atrasar a aplicação da proibição.

POR QUE O SENHOR ACHA QUE O CONGRESSO TEM ESTADO TÃO ENVOLVIDO COM A QUESTÃO DAS MINAS TERRESTRES?

LEAHY: Bem, eu tenho feito muita força nesse sentido. Eu não sou o único, mas tenho feito um esforço nesse sentido por oito anos. O Congresso aprovou, pela primeira vez, em 1992, sobrepujando uma forte oposição por parte do Pentágono, a emenda Leahy (Leahy amendment), segundo a qual os Estados Unidos não poderiam exportar e nem transferir minas terrestres por um ano. Essa moratória nas exportações foi renovada e agora se tornou a política dos Estados Unidos. Depois disso, apesar de fortíssima oposição do Pentágono, um projeto foi aprovado em 1996, segundo o qual não usaríamos minas terrestres por um ano a partir de 1999, só para demonstrar que podemos muito bem ficar sem elas. Essa medida também estendeu a moratória às exportações.

Nesse último projeto, conversando literalmente, com cada um dos senadores e apresentei meus argumentos. E trata-se de uma questão, que, quando você pensa nela, as pessoas compreendem. Por exemplo, todos os senadores que eram veteranos de combate do Vietnã aprovaram esta legislação. Temos, entre os que se uniram a nós, um grande número de indivíduos agraciados com o Coração Púrpura (Purple Heart), pelo menos uma Estrela de Prata (Silver Star), uma Medalha de Honra do Congresso (Congressional Medal of Honor) e muitas outras citações. Essas são pessoas que estiveram em combate, foram feridas em combate, ou que se distinguiram pela sua bravura em combate.

P: AO APOIAR A LEGISLAÇÃO SOBRE AS MINAS TERRESTRES, O QUE O SENHOR E OS SEUS COLEGAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (HOUSE OF REPRESENTATIVES) ESPERAVAM CONSEGUIR?

LEAHY: Espero que mais cedo ou mais tarde o presidente perceba que o processo em Genebra, o CD, está se movendo muito lentamente, não conseguirá realizar grande coisa, e que ele acabe endossando ativamente a nossa legislação, o que colocaria os Estados Unidos no processo canadense e em uma posição de liderança moral e estratégica nesta questão. Acho que isso é viável e acho que se fizermos isso, uma geração futura ficará muito grata aos Estados Unidos.

P: O QUE O SENHOR ACHA DO PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NA PROMOÇÃO E EXPANSÃO DE PROGRAMAS HUMANITÁRIOS DE REMOÇÃO DE MINAS?

LEAHY: Acho que devemos fazer isso. A maior parte do dinheiro que foi gasto até agora na remoção de minas veio de emendas -- apoiadas por mim e por vários outros senadores que se opõem às minas -- ao projeto de apropriação de defesa. Acabamos de receber mais dinheiro para essa finalidade no exercício de 1988 e continuaremos a apoiar essas iniciativas. Mas poderíamos gastar bilhões na remoção de minas e ainda assim não removeríamos todas as minas.

No ano passado, entre todos os países diferentes envolvidos com a remoção de minas, várias centenas de milhões de dólares foram gastos, mas só se conseguiu remover uma fração do número de minas adicionais que estão sendo colocadas. Você remove uma mina e em algum lugar outras cinco estão sendo armadas.

Um dos verdadeiros problemas é que muitos países têm um potencial para a agricultura -- onde as pessoas poderiam pelo menos plantar alguma coisa para alimentar seus filhos e viver suas vidas -- mas elas não podem chegar aos campos. Se você souber que um campo tem uma mina terrestre, ele pode muito bem ter cem.

Portanto, devemos fazer tudo o que for possível para ajudar na remoção de minas, mas a melhor maneira é parar de usar mais minas. Na prática, você não terá nenhum desenvolvimento de verdade na Bósnia, em partes da América Central, na África, no Delta do Mekong, e em outros lugares até que você se livre das minas terrestres.

P: O SENHOR TEM ALGUMA ESPERANÇA NO QUE DIZ RESPEITO A QUALQUER UMA DAS ALTERNATIVAS A RESPEITO DAS MINAS TERRESTRES ANTI-PESSOAIS QUE ESTÃO SENDO CONSIDERADAS?

LEAHY: Há uma que o Pentágono chama de "mina inteligente" (uma mina que é desativada após um

curto período de tempo), e eu digo: mostre-me uma mina que é suficientemente inteligente para saber a diferença entre uma criança e um soldado. Elas não são tão à prova de erros como eles pensam. A maioria dos comandantes disse que eles não confiariam em que as minas se desligariam sozinhas antes de eles mandarem as suas próprias tropas passarem sobre o local onde elas estão instaladas.

Se você quiser estabelecer um perímetro de defesa para as suas próprias tropas, há muitas maneiras de se fazer isso. Há minas comandadas, que requerem que alguém, sem ser a vítima, puxe o gatilho. Há todos os tipos de novas técnicas de vigilância e essas são as que eu adotaria.

Alguém pode argumentar que em algum lugar há uma vantagem militar no uso de minas terrestres. Eu também posso argumentar que poderia comandar o mais poderoso, mais bem equipado e bem treinado exército na história, mas os meus soldados ainda vão perder braços e pernas por causa de minas terrestres de cinco dólares.

P: O SENHOR JÁ DISSE QUE AS MINAS TERRESTRES TEM ALGUM PEQUENO VALOR MILITAR. QUE VALOR É ESSE?

LEAHY: O pequeno valor é que você pode estabelecer a defesa de um perímetro para o seu pessoal. Se você estiver esperando o ataque de uma força mais numerosa, você pode retardá-la ou

Foto do Departamento de Defesa, feita pelo Sargento do Exército M.A. Jones.



Soldado moldávio procura minas terrestres em um exercício em Camp Lejeune, Carolina do Norte.

forçá-la a se dirigir a uma determinada área, mas a pequena vantagem que você obtém nisso é em muito superada pela desvantagem quando você tem que enviar as suas próprias forças em um ataque quando houver minas do outro lado, e a desvantagem que temos quando soldados americanos acabam sendo mortos ou feridos pelas nossas próprias minas.

P: POR QUE O SENHOR ISENTOU, DA LEGISLAÇÃO LEAHY-HAGEL, AS MINAS CLAYMORE E ANTI-TANQUE?

LEAHY: A mina Claymore é detonada por um comando. Uma criança não a faz explodir ao tocá-la. Alguém tem que puxar o gatilho. A mesma coisa acontece com as minas anti-tanque, você pode pisar nelas sem que elas explodam.

P. FALE UM POUCO SOBRE O FUNDO QUE O SENHOR CRIOU PARA AJUDAR AS VÍTIMAS DA MINAS TERRESTRES.

LEAHY: O Fundo Leahy Para as Vítimas de Guerra (Leahy War Victims Fund) -- que foi criado como parte do orçamento de ajuda externa a partir de 1989 -- gasta 5 milhões de dólares por ano na compra de próteses e ajuda a reabilitar vítimas, principalmente vítimas de minas terrestres. Ele não toma partido. Ele vai onde quer que possa ser usado. O fundo tem ajudado muitas pessoas em países muito pobres, que nunca teriam os meios para adquirir um membro artificial.

P. O SENHOR JÁ TEVE QUE PROPOR A PRORROGAÇÃO DA MORATÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS PARA A EXPORTAÇÃO DE MINAS

TERRESTRES PELO MENOS UMA VEZ ATÉ AGORA. O SENHOR ACHA QUE TERÁ QUE FAZÊ-LO NOVAMENTE?

LEAHY: Não. O governo já a adotou como sua política, e eu acho que ela será transformada em lei definitiva. Eu gostaria que ela fosse incorporada ao projeto de lei Leahy-Hagel, como um todo. Vou falar com o presidente sobre isso.

CRONOLOGIA DO CONTROLE DE ARMAS

Uma História dos Esforços Internacionais Para o Controle de Armas

17 DE JUNHO DE 1925 — O “Protocolo Para a Proibição do Uso, na Guerra de Gases Asfixiantes, Venenosos ou Outros Gases, e Métodos Bacteriológicos de Guerra” (O Protocolo de Genebra) é assinado

16 DE JULHO DE 1945 — Os Estados Unidos conduzem a primeiro teste nuclear do mundo na Base Aérea de Alamogordo, Novo México.

14 DE JUNHO DE 1946 — Os Estados Unidos apresentam o Plano Baruch para o controle internacional de energia atômica. Ele determinava o estabelecimento de uma autoridade internacional para controlar as atividades atômicas potencialmente perigosas, licenciar todas as outras atividades atômicas, e executar inspeções.

NOVEMBRO DE 1949 — Os Estados Unidos e seis nações da Europa Ocidental criam o Comitê de Coordenação de Controles de Exportação Multilateral (Coordinating Committee for Multilateral Export Controls (COCOM)) para impedir a transferência de tecnologia que pudesse ser útil para fins militares, para o mundo comunista.

8 DE DEZEMBRO DE 1952 — Os Estados Unidos apresentam um plano de “Átomos Para a Paz” (“Atoms for Peace”) que leva à criação da Agência Internacional de Energia Atômica (International Atomic Energy Agency (IAEA)) em 1957.

16 DE ABRIL DE 1953 — Dwight D. Eisenhower, presidente dos Estados Unidos, propõe que as nações limitem a porção da produção total de materiais estratégicos dedicada a fins militares, no seu discurso “Chance Para a Paz” (“Chance for Peace”).

2 DE ABRIL DE 1954 — Jawaharlal Nehru, Primeiro-Ministro da Índia, é o primeiro a propor um acordo de parada (“standstill agreement”) nos testes nucleares.

30 DE AGOSTO DE 1954 — O presidente Eisenhower assina a Lei de Energia Atômica de 1954 (Atomic Energy Act of 1954), que autoriza a troca de informações sobre o uso pacífico de energia atômica com outros países e apoia o desenvolvimento de energia nuclear para uso comercial.

21 DE JULHO DE 1955 — O presidente Eisenhower apresenta o seu plano “Céus Abertos” (“Open Skies”) criado para proteger as nações contra o acúmulo do poderio militar e os ataques de surpresa.

29 DE AGOSTO DE 1957 — Após consultas entre os aliados da OTAN e outras nações, o Ocidente apresenta às Nações Unidas um documento intitulado “Propostas Para Medidas Parciais de Desarmamento” (Proposals for Partial Measures of Disarmament,”) que tem como objetivo ser um “plano prático e funcional para iniciar o desarmamento mundial”. O plano pararia todos os testes nucleares, interromperia a produção de materiais para armas nucleares, iniciaria uma redução nos estoques de armas atômicas, e reduziria o perigo de um ataque de surpresa, por meio de sistema de alerta, e iniciaria reduções nas forças armadas e armamentos.

1 DE JULHO DE 1958 — Uma Conferência de Peritos (Conference of Experts), proposta pelo presidente Eisenhower, é realizada em Genebra, reunindo cientistas dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, União Soviética, França, Canadá, Tcheco-Eslováquia, Romênia e Polônia, para examinar questões sobre a verificação da proibição

de testes nucleares. O relatório dos peritos concluiu que uma Proibição Abrangente de Testes (Comprehensive Test Ban (CTB)) na atmosfera, no subsolo e sob a água pode ser verificada pelo uso de aproximadamente 160 estações de monitoração no mundo inteiro. Os testes nucleares a uma distância superior a 50 quilômetros da Terra não poderiam ser detectados pela tecnologia existente.

31 DE OUTUBRO DE 1958 — Os Estados Unidos, a União Soviética e a Grã-Bretanha iniciam a Conferência de Genebra Sobre a Não Continuação dos Testes de Armas Nucleares (Geneva Conference on the Discontinuance of Nuclear Weapon Tests), de acordo com a proposta do presidente Eisenhower. Poucos dias depois a União Soviética se une aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha em uma moratória de testes de um ano.

1 DE DEZEMBRO DE 1959 — Os Estados Unidos, a União Soviética e 10 outros países assinam um tratado para internacionalizar e desmilitarizar o continente Antártico. O tratado entrou em vigor no dia 23 de junho de 1961.

13 DE FEVEREIRO DE 1960 — A França explode o seu primeiro engenho nuclear em um local para testes no Deserto do Saara.

2 DE MAIO DE 1960 — Após a derrubada de um avião U-2 de reconhecimento dos Estados Unidos sobre Sverdlovsk, o Primeiro Ministro Soviético Nikita Khrushchev cancela a cúpula dos “Quatro Grandes” (“Big Four”) em Paris, interrompendo o aparente progresso nas negociações para a proibição de testes. As negociações recomeçam em março de 1961.

1 DE SETEMBRO DE 1961 — Citando os testes franceses e as tensões criadas pela crise de Berlim, a União Soviética anuncia seus planos para recomeçar os testes.

20 DE JUNHO DE 1963 — Após a crise dos mísseis de Cuba, os Estados Unidos e a União Soviética assinam uma Carta de Intenções em Genebra para estabelecer uma “linha quente”, uma

ligação direta de comunicações entre as duas nações para uso em uma crise.

5 DE AGOSTO DE 1963 — Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, e a União Soviética assinam o Tratado de Proibição Limitada de Testes (Limited Test Ban Treaty), segundo o qual não poderiam ser feitos testes nucleares na atmosfera, sob a água e nem no espaço sideral. O tratado entrou em vigor no dia 10 de outubro.

16 DE OUTUBRO DE 1964 — A China explode a sua primeira arma nuclear em Lop Nor, no Platô de Qinghai.

14 DE FEVEREIRO DE 1967 — O Tratado Regional Para a Proibição de Armas Nucleares na América latina -- (Regional Treaty for the Prohibition of Nuclear Weapons in Latin America) -- o Tratado de Tlatelolco -- é assinado na Cidade do México. O Tratado entrou em vigor no dia 22 de abril de 1968

1 DE JULHO DE 1968 — Os Estados Unidos e 61 outras nações assinam o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (Nuclear Non-Proliferation Treaty (NPT)), segundo o qual as nações que não possuíam armas nucleares na época não poderiam fazer ou adquirir tais armas, e todos os signatários deveriam participar de negociações para controle de armas e desarmamento. O tratado teve sua validade prorrogada por tempo indeterminado no dia 11 de maio de 1995.

17 DE NOVEMBRO DE 1969 — Os Estados Unidos e a União Soviética abrem as Conversações Para a Limitação das Armas Estratégicas (Strategic Arms Limitation Talks (SALT I)) em Helsinque, para discutir limites tanto nas armas estratégicas nucleares ofensivas quanto nos sistemas de mísseis anti-balísticos (ABM).systems.

25 DE NOVEMBRO DE 1969 — Os Estados Unidos renunciam à primeira utilização de armas químicas, assim como de todos os métodos de guerra biológica.

MARÇO DE 1971 — O Comitê Sobre os Exportadores do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (Nuclear Non-Proliferation Treaty Exporters Committee), conhecido como o Comitê Zangger (Zangger Committee), é estabelecido como o primeiro grande esforço internacional para desenvolver controles de exportação de materiais nucleares.

5 DE MARÇO DE 1970 — O NPT entra em vigor.

30 DE SETEMBRO DE 1971 — Os Estados Unidos e a União Soviética assinam um Acordo Sobre Medidas Para Reduzir o Risco da Eclosão de Uma Guerra Nuclear (Agreement on Measures to Reduce the Risk of Outbreak of Nuclear War).

10 DE ABRIL DE 1972 — Os Estados Unidos assinam a Convenção Sobre Armas Biológicas e de Toxinas (Biological and Toxin Weapons Convention (BWC)), segundo a qual ficam proibidos o desenvolvimento, a produção, os testes e a transferência de agentes microbiológicos e toxinas para fins militares ofensivos.

26 DE MAIO DE 1972 — O presidente Nixon e o Secretário-Geral Soviético Leonid Brezhnev assinam, em Moscou, os documentos básicos SALT I limitando as armas ofensivas estratégicas; ambos entram em vigor no dia 3 de outubro do mesmo ano. A validade do SALT I expirou em outubro de 1977.

26 DE MAIO DE 1972 — Os Estados Unidos e a União Soviética assinam o Tratado Sobre Mísseis Anti-Balísticos (Anti-Ballistic Missile (ABM) Treaty), limitando as defesas estratégicas de mísseis anti-balísticos.

18 DE MAIO DE 1974 — A Índia conduz o seu único teste nuclear em um local de teste subterrâneo no Deserto de Rajasthan.

3 DE JULHO DE 1974 — O Tratado Sobre o Limite de Proibição de Testes (Threshold Test Ban Treaty) é assinado, proibindo os testes nucleares subterrâneos de mais de 150 kilotons e obrigando

os signatários a continuar as negociações para uma Proibição Abrangente de Testes (Comprehensive Test Ban). O tratado entrou em vigor no dia 11 de dezembro de 1990.

3 DE JULHO DE 1974 — Os Estados Unidos e a União Soviética assinam um protocolo reduzindo o número de áreas de posicionamento de ABM permitidas para cada lado, de duas para uma.

22 DE JANEIRO DE 1975 — Os Estados Unidos ratificam o Protocolo de Genebra, banindo o uso de armas químicas e bacteriológicas, que haviam assinado originalmente em 1925.

1 DE AGOSTO DE 1975 — Os Estados Unidos, a União Soviética, e 33 outros estados membros da Conferência Sobre Segurança e Cooperação na Europa (Conference on Security and Cooperation in Europe (CSCE)) assinam a Lei Final de Helsinque (Helsinki Final Act). O documento dá início a uma série de acordos sobre medidas para aumentar a confiança e a segurança na Europa.

28 DE MAIO DE 1976 — O Tratado Sobre Explosões Nucleares Pacíficas (Peaceful Nuclear Explosions Treaty) é assinado, limitando o tamanho das explosões nucleares individuais a uma potência de 150 kilotons. Gerald Ford, presidente dos Estados Unidos, adia a ratificação tanto deste tratado quanto do documento anterior, o Tratado Sobre o Limite de Proibição de Testes (Threshold Test Ban Treaty).

18 DE JUNHO DE 1979 — Os Estados Unidos e a União soviética assinam o Tratado SALT II em Viena, substituindo o SALT I. O SALT II nunca foi ratificado.

27 DE DEZEMBRO DE 1979 — Após a invasão do Afeganistão pela União Soviética, o presidente Carter retira o Tratado SALT II do Senado, onde estava sendo examinado.

OUTUBRO DE 1980 — Conversações preliminares sobre Forças Nucleares de Alcance Intermediário (Preliminary Intermediate-range

Nuclear Forces (INF)) entre os Estados Unidos e a União Soviética começam em Genebra. Na sua posição inicial, os Estados Unidos solicitam um teto igual para os sistemas de mísseis nucleares baseados em terra para os teatros de operação.

16 DE OUTUBRO DE 1980 — A China conduz o seu último teste nuclear atmosférico.

23 DE MARÇO DE 1983 — Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos, anuncia a sua intenção de envolver os Estados Unidos em um programa de pesquisa para estudar a possibilidade de medidas defensivas contra mísseis balísticos para manter a paz. O programa passa a ser conhecido como Iniciativa de Defesa Estratégica (Strategic Defense Initiative (SDI).

27 DE OUTUBRO DE 1983 — Os Estados Unidos e os seus aliados concordam em manter a capacidade nuclear da OTAN no menor nível consistente com a segurança e a dissuasão, e a retirar 1.400 ogivas nucleares americanas da Europa.

ABRIL DE 1984 — Os Estados Unidos assinam um pacto de comércio nuclear com a China após Beijing (Pequim) ter concordado em participar da IAEA e aceitar inspeção, pela IAEA, de qualquer equipamento e material nuclear exportado.

JUNHO DE 1985 — Reagindo ao uso de armas químicas na guerra entre o Irã e o Iraque, os Estados Unidos, Canadá, Japão, Nova Zelândia, Austrália e os dez países da Comunidade Européia estabelecem o Grupo da Austrália, para desenvolver um sistema de controles de exportações de produtos químicos precursores necessários à fabricação de armas químicas.

6 DE AGOSTO DE 1985 — Oito membros do Fórum do Sul do Pacífico (South Pacific Forum) assinam o Tratado da Zona Livre de Armas Nucleares do Sul do Pacífico (South Pacific Nuclear-Free Zone Treaty), ou Tratado de Raratonga, estabelecendo uma zona livre de armas nucleares na região sul do Pacífico.

12 DE DEZEMBRO DE 1985 — A Coreia do Norte finalmente acata o NPT e concorda em liberar uma nova instalação com um reator de pesquisa de 30 megawatts para inspeções e fiscalização por parte da IAEA.

22 DE SETEMBRO DE 1986 — A Conferência Sobre Medidas Para Aumentar a Confiança e a Segurança e o Desarmamento na Europa, (Conference on Confidence- and Security-Building Measures and Disarmament in Europe) adota um acordo, o Documento de Estocolmo, com o objetivo de reduzir o risco de guerra na

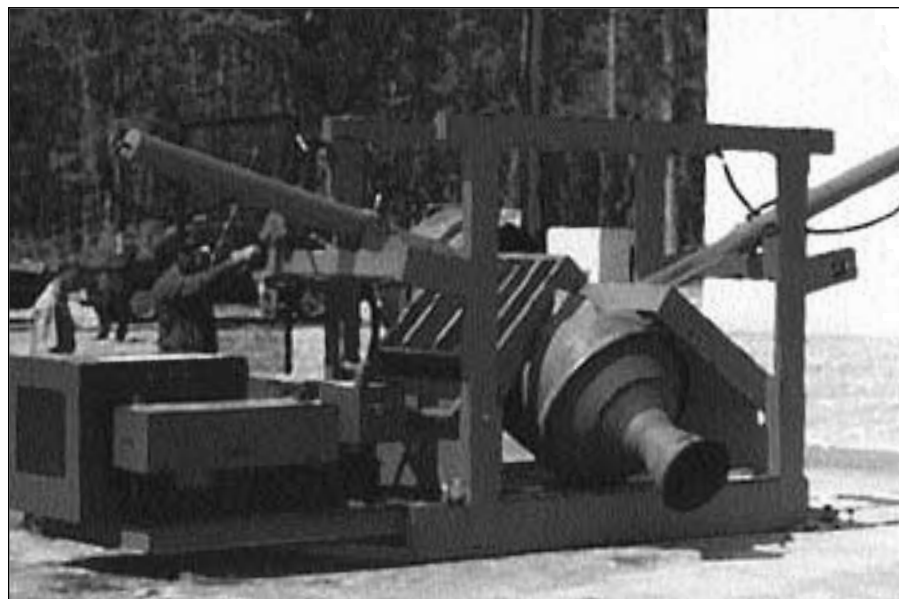


Foto da Força Aérea dos Estados Unidos, feita pelo Sargento Tomoyasu.

Destruição do primeiro motor de míssil americano Pershing, no Texas, em 1995, em conformidade com o Tratado Sobre Forças Nucleares de Alcance Intermediário de 1987 (1987 Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty).

Europa. As nações membros da OTAN e do Pacto de Varsóvia concordam em avisar antecipadamente uma à outra sobre todas as atividades militares de maior vulto.

7 DE ABRIL DE 1987 — O Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (Missile Technology Control Regime (MTCR)) é estabelecido para diminuir a velocidade dos mísseis capazes de lançar armas de destruição em massa.

8 DE DEZEMBRO DE 1987 — Os Estados Unidos e a União Soviética assinam o Tratado INF para eliminar todos os mísseis nucleares de curto alcance e alcance intermediário baseados em terra, o primeiro acordo de controle de armas a eliminar uma classe inteira de armas nucleares. Ele possui um regime de verificação extenso e abrangente, incluindo inspeções in loco. O tratado entrou em vigor no dia 1 de junho de 1988, e foi implementado na sua totalidade no dia 2 de junho de 1991.

9 DE DEZEMBRO DE 1987 — Os Estados Unidos e a União Soviética concordam em conduzir o Experimento de Verificação Conjunto (Joint Verification Experiment), permitindo que cada lado monitore um teste nuclear conduzido pelo outro. A União Soviética monitora um teste em 17 de agosto de 1988 e os

Estados Unidos o fazem no dia 14 de setembro do mesmo ano.

26 DE JANEIRO DE 1988 — A Agência de Inspeções In-Loco dos Estados Unidos (U.S. On-Site Inspection Agency (OSIA)) é criada para executar as disposições do Tratado INF sobre inspeção in-loco, escolta, e monitoração. Mais tarde ela se torna responsável pelas atividades de inspeção dos Estados Unidos que se fazem necessárias em conformidade com outros acordos principais de controle de armas.

JUNHO/JULHO DE 1988 — Os Estados Unidos e a União Soviética realizam a primeira sessão da Comissão Especial de Verificação (Special Verification Commission (SVC)) para o Tratado INF em Genebra. A SVC resolve as questões de conformidade com o Tratado INF e concorda sobre as medidas necessárias para melhorar a viabilidade e a eficácia do tratado.

12 DE MAIO DE 1989 — O presidente Bush renova e amplia a proposta de “Céus Abertos” de 1955, do presidente Eisenhower e convida a União Soviética e outros membros do pacto de Varsóvia e da OTAN a concordar com a realização de vôos de observação desarmados sobre seus territórios.

12 DE JUNHO DE 1989 — Os Estados Unidos e a União Soviética assinam o Acordo Sobre Atividades Militares Perigosas, (Dangerous Military Activities Agreement), segundo o qual ambas as nações se comprometem a procurar evitar quatro tipos de atividades militares perigosas em tempo de paz: entrada não intencional ou de emergência no território nacional do outro lado, uso perigoso de dispositivos a laser, perturbação de operações militares em uma “Área de Cuidados Especiais” (“Special Caution Area”) mutuamente aceita, e interferência com as

Pessoal do Exército da Ucrânia observa a remoção de um míssil balístico intercontinental (ICBM) SS-19 do seu silo subterrâneo em Pervomaysk, para posterior destruição em conformidade com os requisitos do Tratado de Redução de Armas Estratégicas de 1991 (1991 Strategic Arms Reduction Treaty).



redes de comando e controle de cada lado.

22 DE MAIO DE 1990 — O presidente Bush assina a Lei Anti-Terrorismo Sobre Armas Biológicas (Biological Weapons Anti-Terrorism Act) segundo a qual é ilegal, para os Estados Unidos, desenvolver ou possuir armas biológicas.

1 DE JUNHO DE 1990 — Os Estados Unidos e a União Soviética assinam novos protocolos de verificação para os Acordos de Limites e Explosões Pacíficas (Threshold and Peaceful Explosions Treaties). Eles entraram em vigor no dia 11 de dezembro de 1990.

1 DE JUNHO DE 1990 — Os presidentes Bush and Gorbachev assinam o documento bilateral conhecido como “Acordo Sobre a Destruição e Não-Produção de Armas Químicas e Sobre Medidas Para Facilitar a Convenção Multilateral Sobre a Proibição de Armas Químicas” (“Agreement on Destruction and Non-production of Chemical Weapons and on Measures to Facilitate the Multilateral Convention on Banning Chemical Weapons.”)

24 DE OUTUBRO DE 1990 — A União Soviética conduz o seu último teste nuclear antes de iniciar uma moratória unilateral.

17 DE NOVEMBRO DE 1990 — Os Estados Unidos e outros países membros da Conferência Sobre Segurança e Cooperação na Europa (Conference on Security and Cooperation in Europe) acatam o Documento de Viena 1990 (Vienna Document 1990), que representa uma ampliação e uma melhoria das medidas de notificação e intercâmbio de informações do Documento de Estocolmo de 1986. Ele também estabelece um Centro de Prevenção de Conflitos (Conflict Prevention Center) em Viena.

19 DE NOVEMBRO DE 1990 — Os Estados Unidos e 21 outras nações da OTAN e do Pacto de Varsóvia assinam o Tratado das Forças Armadas Convencionais na Europa (Conventional Armed Forces in Europe (CFE) Treaty), reduzindo cinco categorias de armas convencionais a níveis iguais

para cada agrupamento de aliança. O tratado entrou em vigor no dia 17 de julho de 1992.

3 DE ABRIL DE 1991 — O Conselho de Segurança da ONU aprova a Resolução 687, que exige a destruição da capacidade nuclear do Iraque, assim como as suas armas químicas e biológicas, e dos mísseis com um alcance de mais de 150 quilômetros. O conselho estabelece uma Comissão Especial para monitorar a eliminação das armas de destruição em massa no Iraque.

28 DE MAIO DE 1991 — O presidente Bush anuncia um plano de controle de armas para o Oriente Médio que inclui uma proibição de armas de destruição em massa e um congelamento da aquisição, produção e teste de mísseis terra-terra.

10 DE JULHO DE 1991 — A África do Sul entra formalmente para o NPT como estado não-nuclear.

31 DE JULHO DE 1991 — Os Estados Unidos e a Rússia assinam o Tratado Para a Redução de Armas Estratégicas (Strategic Arms Reduction Treaty (START I)), cortando as suas forças nucleares de longo alcance de um número máximo, durante a Guerra Fria, de 11.000 a 12.000 ogivas para 6.000 a 7.000 para cada lado. O Tratado entrou em vigor no dia 5 de dezembro de 1994.

27 DE SETEMBRO DE 1991 — O presidente Bush anuncia a retirada unilateral, por parte dos Estados Unidos, de bases no exterior e do posicionamento operacional, de todas as armas nucleares táticas baseadas em terra em no mar.

5 DE OUTUBRO DE 1991 — O presidente Gorbachev, em resposta à iniciativa dos presidente Bush, anuncia que a União Soviética tomará imediatamente as seguintes atitudes: retirará de prontidão todos os bombardeiros estratégicos que estiveram atualmente em status de alerta diário, e armazenará suas armas; retirará de prontidão 503 ICBMs; parará a construção de dispositivos de lançamento para ICBMs baseados em estradas de ferro; e interromperá o desenvolvimento de

pequenos ICBMs móveis e de um míssil de ataque de curto alcance para bombardeiros pesados.

27 DE NOVEMBRO DE 1991 — O Congresso dos Estados Unidos aprova a legislação Nunn-Lugar (anteriormente conhecida como Lei de Redução da Ameaça Nuclear Soviética (Soviet Nuclear Threat Reduction Act) para ajudar a União Soviética a destruir armas nucleares, químicas e outras. O presidente Bush assina a legislação em dezembro, aprovando os primeiros US\$400 milhões em ajuda para a Comunidade de Estados Independentes (Commonwealth of Independent States (CIS)).

DEZEMBRO DE 1991 — A Assembléia Geral da ONU vota para estabelecer formalmente um Registro de Armas Convencionais (Register of Conventional Arms). A partir de 30 de abril de 1993, a ONU manterá um registro dos estados que queiram, voluntariamente, informar sobre suas exportações e importações de sete categoria principais de armas.

20 DE JANEIRO DE 1992 — A Coréia do Norte e a Coréia do Sul concordam em desnuclearizar a Península da Coréia.

9 DE MARÇO DE 1992 — A China se torna o quarto estado possuidor de armas nucleares a acatar o NPT.

24 DE MARÇO DE 1992 — O Tratado de Céus Abertos (Open Skies Treaty) é assinado durante uma reunião da CSCE em Helsinque.

23 DE MAIO DE 1992 — Os Estados Unidos, Bielo Rússia, Casaquistão, Rússia, e Ucrânia assinam o Protocolo START de Lisboa, segundo o qual todos os cinco países passam a ser parte do START, e os estados da CIS aceitam participar do NPT como estados que não possuem armas nucleares.

3 DE AGOSTO DE 1992 — França, o último de cinco estados nucleares reconhecidos, passa a fazer parte do NPT.

23 DE SETEMBRO DE 1992 — Os Estados Unidos conduzem o seu último teste nuclear.

9 DE OUTUBRO DE 1992 — Os estados da CIS assinam o Acordo Bishkek (Bishkek Agreement) comprometendo-se a apoiar e a implementar o Tratado ABM.

22-23 DE OUTUBRO DE 1992 — Bielo Rússia concorda em transferir seus mísseis nucleares para a Rússia.

3 DE JANEIRO DE 1993 — Os Estados Unidos e a Rússia assinam o Tratado START II para reduzir ainda mais os mísseis balísticos intercontinentais (ICBMs), eliminando os ICBMs que possuem MIRVs (veículos de reentrada com alvos múltiplos independentes) e cortando o número total de ogivas para cada lado para um número entre 3.000 e 3.500.

13 DE JANEIRO DE 1993 — Os Estados Unidos assinam a Convenção de Armas Químicas (Chemical Weapons Convention (CWC)). Em 11 de junho de 1997, 95 nações, incluindo os Estados Unidos, haviam ratificado a convenção.

MARÇO DE 1993 — Na Coréia do Norte se recusa a aceitar uma equipe especial de inspeção da IAEA, e em seguida anuncia a sua decisão de abandonar o NPT.

22 DE JULHO DE 1993 — Bielo Rússia formalmente concorda com o NPT e assina três acordos com os Estados Unidos, liberando fundos Nunn-Lugar para ajuda na desnuclearização.

17 DE NOVEMBRO DE 1993 — Tendo em vista as mudanças no ambiente de segurança, os 17 membros do COCOM concordam em abolir a organização e criar uma outra, mais abrangente.

16 DE DEZEMBRO DE 1993 — A Assembléia Geral da ONU aprova, por consenso, a resolução 48/70, apoiando a negociação multilateral do Tratado Para a Proibição Abrangente de Testes

(CTBT - Comprehensive Test Ban Treaty). Esta é a primeira vez que uma resolução de consenso em apoio a um CTBT foi aprovada pela assembléia.

14 DE JANEIRO DE 1994 — Os Estados Unidos, Rússia, e Ucrânia, assinam a Declaração Tri-Lateral (Trilateral Statement), criando as condições para a transferência de ogivas nucleares estratégicas que se encontram no território ucraniano de volta à Rússia. A transferência é terminada em junho de 1996.

23 DE JUNHO DE 1994 — O Vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, e o Primeiro Ministro da Rússia Viktor Chernomyrdin assinam um acordo para fechar, até o ano 2000, os reatores de produção de plutônio que ainda se encontram em operação na Rússia.

23 DE OUTUBRO DE 1994 — Os Estados Unidos e a República Democrática Popular da Coreia (DPRK ou Coreia do Norte) assinam uma “Estrutura de Acordo” para congelar o programa nuclear norte-coreano e reverter a saída da DPRK do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.

5 DE DEZEMBRO DE 1994 — A Ucrânia passa a fazer parte do NPT como um estado que não possui armas nucleares.

12 DE MAIO DE 1995 — O Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares tem a sua validade prorrogada indefinidamente.

13 DE JUNHO DE 1995 — O presidente Clinton anuncia que os Estados Unidos irão apoiar um CTBT de potência zero, proibindo qualquer explosão de teste de arma nuclear ou qualquer outra explosão nuclear.

11 DE AGOSTO DE 1995 — O presidente Clinton anuncia que os Estados Unidos irão apoiar um CTBT de potência zero, proibindo qualquer explosão de teste de arma nuclear ou qualquer outra explosão nuclear.

17 DE NOVEMBRO DE 1995 — As reduções de

equipamento são terminadas de acordo com o Tratado CFE e os seus limites entram em vigor na sua totalidade.

15 DE DEZEMBRO DE 1995 — A ASEAN, à qual se uniram o Camboja, Laos, e Birmânia, aprova a criação da Zona Livre de Armas Nucleares do Sudeste da Ásia (Southeast Asian Nuclear-Weapon-Free Zone).

19 DE DEZEMBRO DE 1995 — Os Estados Unidos e 27 nações estabelecem o “Acordo Wassenaar Sobre Controles de Exportação de Armas Convencionais e Materiais e Tecnologias de Dupla Utilização” (“Wassenaar Arrangement on Export Controls for Conventional Arms and Dual-Use Goods and Technologies”) como um sucessor do COCOM, para criar novos controles internacionais sobre a disseminação de tecnologias militares perigosas.

26 DE JANEIRO DE 1996 — O Senado dos Estados Unidos ratifica o START II; o tratado aguarda a ratificação do Parlamento Russo.

27 DE JANEIRO DE 1996 — A França conduz o seu sexto e último teste nuclear. Cinco dias depois, o presidente Chirac anuncia que a França terminou os seus testes “de uma vez por todas” e se declara preparado para ajudar a concluir o CTBT de potência zero em 1996.

25 DE MARÇO DE 1996 — Os Estados Unidos assinam os protocolos referentes ao Tratado da Zona Livre de Armas Nucleares do Sul do Pacífico (South Pacific Nuclear-Free Zone Treaty), segundo o qual os Estados Unidos se comprometem a não fabricar, adquirir, testar ou posicionar qualquer engenho explosivo no Sul do Pacífico.

11 DE ABRIL DE 1996 — Quarenta e três nações africanas assinam o Tratado de Pelindaba (Pelindaba Treaty) estabelecendo uma zona livre de armas nucleares na África.

16 DE MAIO DE 1996 — O presidente Clinton anuncia a política dos Estados Unidos em relação às minas terrestres anti-pessoais (APL), que

defende uma proibição mundial da produção, transferência e uso de minas terrestres anti-pessoais.

20 DE JUNHO DE 1996 — A Índia anuncia que não assinará o CTBT com a redação atual porque ele ainda permite que os estados possuidores de armas nucleares “continuem a aperfeiçoar e desenvolver o seu arsenal nuclear”.

10 DE SETEMBRO DE 1996 — A Assembléia Geral da ONU volta a se reunir, vota para adotar o CTBT e o coloca à disposição para ser assinado assim que possível. A Índia, Butão e Líbia votam contra, enquanto Cuba, Líbano, Síria, Maurício e Tanzânia se abstêm.

24 DE SETEMBRO DE 1996 — O presidente Clinton é o primeiro chefe de estado a assinar o CTBT. Ele é seguido pelas outras quatro potências nucleares declaradas e por uma série de estados não nucleares.

17 DE JANEIRO DE 1997 — O presidente Clinton declara que os Estados Unidos defenderão uma proibição abrangente, global, de minas terrestres anti-pessoais, por meio da Conferência Sobre Desarmamento (Conference on

Disarmament) em Genebra, e uma proibição permanente para a exportação e transferência de APL, além de estabelecer um teto para os estoques, nos níveis atuais de inventário.

24 DE ABRIL DE 1997 — O Senado dos Estados Unidos ratifica a Convenção Sobre Armas Químicas (Chemical Weapons Convention).

29 DE ABRIL DE 1997 — A Convenção Sobre Armas Químicas entra em vigor.

26 DE JUNHO DE 1997 — A Conferência Sobre Desarmamento aprova uma proposta para indicar um coordenador especial que procurará desenvolver um mandato para negociações sobre minas terrestres anti-pessoais, e nomeia o Embaixador da Austrália, John Campbell, para essa função.

INFORMAÇÕES SOBRE CONTROLE DE ARMAS

Uma Análise das Principais Questões de Controle de Armas da Atualidade

CONVENÇÃO SOBRE ARMAS QUÍMICAS

A Convenção Sobre Armas Químicas (Chemical Weapons Convention (CWC)) — que entrou em vigor no dia 29 de abril de 1997, pouco depois de ter sido ratificada pelo Senado dos Estados Unidos — é um tratado global que proíbe uma classe inteira de armas de destruição em massa.

Em conformidade com a CWC, cada estado signatário se compromete a nunca, sob nenhuma circunstância: desenvolver, produzir ou adquirir por quaisquer outros meios, armazenar ou manter armas químicas, ou transferir, direta ou indiretamente, armas químicas para ninguém; usar armas químicas; se envolver na preparação militar para o uso de armas químicas; e auxiliar, estimular ou induzir de qualquer maneira alguém a se envolver em qualquer atividade proibida a um estado signatário em conformidade com a convenção.

Além disso, cada um dos estados signatários se compromete a: destruir as armas químicas que possuir ou que estiverem localizadas em qualquer lugar sob sua jurisdição ou controle; destruir todas as armas químicas que tiver abandonado no território de outro estado signatário; e destruir quaisquer instalações para a produção de armas químicas, que possuir ou que estiverem localizadas em qualquer lugar sob sua jurisdição ou controle.

A CWC ajuda a combater dois dos mais graves desafios à segurança do período posterior à Guerra Fria — a disseminação de armas de destruição em massa e o terrorismo. O tratado vai à frente de qualquer outro acordo de controle de armas até agora, pois ele aplica pressão sobre aqueles que não participam dele. As nações que se recusam a participar da convenção não poderão adquirir muitos dos produtos químicos que podem ser

usados para fazer gás venenoso. Restringindo o fluxo de produtos químicos que podem ser usados para fazer o gás venenoso, a CWC torna mais difícil e mais cara para os terroristas a aquisição ou o uso de armas químicas.

A primeira sessão da Organização Para a Proibição de Armas Químicas (Organization for the Prohibition of Chemical Weapons), criada em Haia para implementar a convenção, foi realizada em maio de 1997. Os estados signatários da CWC analisarão o seu progresso no sexto e décimo-primeiro anos após a sua entrada em vigor.

ACORDO ABRANGENTE PARA A PROIBIÇÃO DE TESTES

O Acordo Abrangente Para a Proibição de Testes (Comprehensive Test Ban Treaty (CTBT)), que proíbe todas as explosões nucleares, foi negociado na Conferência Sobre Desarmamento de Genebra (Geneva Conference on Disarmament (CD)) entre janeiro de 1994 e agosto de 1996, e foi apresentado para assinatura nas Nações Unidas no dia 24 de setembro de 1996. O presidente Clinton foi o primeiro a assinar o tratado. Até 8 de julho de 1997, 144 países haviam assinado, incluindo todos os cinco estados possuidores de armas nucleares.

O CTBT entrará em vigor seis meses depois que os artigos de ratificação de 44 nações — relacionadas no tratado como possuidoras de energia nuclear ou reatores nucleares para pesquisa — tiverem sido depositados nas Nações Unidas, mas em nenhuma hipótese menos de dois anos depois de o tratado ter sido apresentado para assinatura. Até agora, três das 44 nações — Índia, Paquistão e Coreia do Norte — não assinaram. Até agora, somente quatro nações depositaram seus instrumentos de ratificação

Segundo o tratado, cada signatário tem a obrigação básica de “não executar nenhuma explosão de teste de armas nucleares ou qualquer outra explosão nuclear, e proibir e evitar qualquer explosão nuclear desse tipo em qualquer lugar sob sua jurisdição e controle.” Cada signatário do CTBT também é obrigado a “se abster de causar, encorajar, ou de qualquer forma participar na execução de qualquer explosão de teste de arma nuclear ou de qualquer explosão nuclear”.

TRATADO DE NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES

Os Estados Unidos e os representantes de 60 outros países assinaram o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (NPT)) em cerimônias realizadas na Casa Branca no dia 1 de julho de 1968; o tratado entrou em vigor em 1970. Hoje, 185 países já se tornaram signatários do NPT, o que o torna o acordo de controle de armas com o maior número de participantes de história.

As disposições básicas do tratado se destinam a: evitar a disseminação de armas nucleares; proporcionar garantias, através de salvaguardas internacionais, de que as atividades nucleares pacíficas em estados que não possuem armas nucleares não sejam desviadas para a construção de tais armas; promover a utilização pacífica de energia nuclear; e expressar a determinação dos signatários de que o tratado deve levar a maiores progressos em medidas abrangentes de controle de armas e desarmamento nuclear.

Na quinta Conferência Para a Revisão e Extensão do NPT (NPT Review and Extension Conference) em 1995, os estados signatários concordaram em prorrogar a validade do tratado indefinida e incondicionalmente.

Os Estados Unidos têm um sério compromisso com o NPT, com esforços que venham a fortalecer ainda mais o tratado, e com o regime internacional, mais abrangente, de não-proliferação e controle de armas. Os Estados Unidos esperam

que todos os signatários do NPT trabalhem em conjunto para garantir que a Conferência de Revisão do NPT no ano 2000 NPT fortaleça ainda mais o NPT e reafirme os objetivos globais de não-proliferação.

TRATADO PARA O CORTE DE PRODUÇÃO DE MATERIAL FÍSSIL

Um Tratado Para o Corte de Produção de Material Físsil (Fissile Material Production Cutoff Treaty (FMCT)) proibiria os cinco estados possuidores de armas nucleares (assim como outros signatários do tratado) de produzir material físsil para explosivos nucleares ou não observando salvaguardas internacionais. O presidente Clinton, no seu discurso em 24 de setembro de 1996, na Assembléia Geral da ONU, conclamou a Conferência Sobre o Desarmamento (Conference on Disarmament (CD)) a enfrentar “imediatamente” o desafio de negociar tal tratado.

Clinton havia solicitado, pela primeira vez, que fossem feitas negociações para o corte de produção de material físsil quando falou à Assembléia Geral da ONU em 1993, e em dezembro de 1993, a Assembléia Geral aprovou uma resolução de consenso solicitando a negociação de um tratado “não-discriminatório, multilateral, e que pudesse ser verificado de maneira eficaz, proibindo a produção de material físsil para armas nucleares ou outros engenhos explosivos nucleares”. Em março de 1995, a CD concordou, por consenso, em estabelecer um Comitê Ad Hoc com a missão de negociar um tratado de corte baseado na resolução de 1993 da Assembléia Geral das Nações Unidas.

No entanto, apesar do apoio internacional generalizado para um FMCT, as negociações formais sobre o corte ainda não começaram na CD. A CD só pode aprovar decisões por consenso, e desde o verão de 1995, a insistência de alguns estados em relacionar as negociações para o FMCT a outras questões de desarmamento nuclear tem tornado impossível o progresso no que diz respeito ao tratado de corte. Os Estados Unidos continuam desejando que as negociações do FMCT se iniciem na CD em

termos coerentes com a missão estabelecida em março de 1995.

CONVENÇÃO SOBRE ARMAS BIOLÓGICAS

A Convenção Sobre Armas Biológicas de 1972 (1972 Biological Weapons Convention (BWC)) proíbe o desenvolvimento, produção, armazenamento, ou aquisição de armas bacteriológicas e de toxinas. Os Estados Unidos — que renunciaram unilateralmente às armas biológicas e de toxinas em 1969 — apresentaram os seus instrumentos de ratificação à convenção em março de 1975. Atualmente há aproximadamente 139 estados signatários da convenção, e 18 outros países que já assinaram o pacto mas ainda não o ratificaram.

Três conferências de revisão da BWC foram realizadas desde 1972. Na segunda conferência de revisão, em 1986, os signatários concordaram em estabelecer uma série de medidas para criar um clima de confiança (confidence building measures (CBMs)), incluindo o intercâmbio de dados sobre laboratórios de pesquisa biológica que atendem a altíssimos requisitos de segurança, compartilhando informações sobre todas as epidemias de doenças infecciosas causadas por toxinas que não se enquadrem no padrão de normalidade, encorajando a publicação dos resultados de pesquisas biológicas relacionadas à defesa em revistas científicas especializadas, e promovendo o contato científico.

Na terceira conferência de revisão, em 1991, os estados signatários fortaleceram as CBMs existentes e acrescentaram mais duas: a declaração de atividades anteriores em programas de pesquisa e desenvolvimento biológicos ofensivos e/ou defensivos, e a declaração de instalações para a produção de vacinas. Além disso, um Grupo Ad Hoc, aberto a todos os estados signatários, foi criado para considerar as medidas apropriadas para fortalecer a convenção e preparar propostas para um instrumento com força de lei.

REGIME DE CONTROLE DE TECNOLOGIA DE MÍSSEIS

A pedra fundamental da política de não-proliferação de mísseis dos Estados Unidos é o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (Missile Technology Control Regime (MTCR)), que foi formado em 1987 pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Canadá, Japão, a então Alemanha Ocidental, Itália, e França. Hoje há 28 nações-membros, e um número cada vez maior de países está observando unilateralmente as normas do MTCR.

A finalidade do MTCR é restringir a proliferação de mísseis, aeronaves não tripuladas, e a tecnologia relacionada para os sistemas capazes de carregar uma carga útil de 500 quilos a pelo menos 300 quilômetros, assim como os sistemas capazes de lançar armas de destruição em massa (weapons of mass destruction (WMD)). O regime, originalmente, se concentrou apenas em sistemas capazes de lançar engenhos nucleares, mas em janeiro de 1993 os parceiros estenderam as normas para que elas passassem a cobrir os sistemas de lançamento para todas as WMD (nucleares, químicas, e biológicas).

O MTCR não é um tratado e nem um acordo internacional. Ele é uma parceria voluntária entre países que têm o interesse comum de impedir a proliferação de mísseis. O regime consiste de uma política comum de exportação aplicada a uma lista comum de itens controlados. Cada membro implementa os seus compromissos no contexto das suas próprias leis nacionais de exportação.

Na sua 11ª Reunião Plenária em outubro de 1996, os parceiros do MTCR continuaram o seu trabalho iniciado nas reuniões anteriores, sobre os aspectos regionais da proliferação de mísseis e questões de transbordo, e concordaram em continuar a trocar idéias sobre a finalidade do regime ao lidar com os aspectos relacionados com os mísseis nas tensões regionais. Os parceiros também observaram com satisfação a continuidade da disposição dos países não membros no sentido de observar as normas do MTCR.

TRATADO SOBRE CÉUS ABERTOS

O Tratado de Céus Abertos (Open Skies Treaty) — assinado em março de 1992 em Helsinque, Finlândia — promove a abertura e a transparência nas atividades militares por meio de sobrevôos recíprocos e desarmados de observação. Criado para fortalecer a confiança na segurança, o tratado dá a cada signatário o direito de colher informações sobre as forças armadas e atividades militares dos outros signatários.

Proposto pela primeira vez à União Soviética em 1955 pelo presidente Eisenhower, o conceito permaneceu inativo até ser proposto novamente pelo presidente Bush em 1989. As negociações começaram naquele ano entre os estados membros da OTAN e do antigo Pacto de Varsóvia. Até hoje o tratado foi assinado por 27 países.

O Tratado de Céus Abertos entrará em vigor 60 dias após ter sido ratificado por 20 signatários, o que deve incluir todos aqueles sujeitos a oito ou mais sobrevôos a cada ano após a entrada total em vigor. Estes são Bielo Rússia, Rússia, Canadá, França, Alemanha, Itália, Turquia, Ucrânia, Reino Unido e Estados Unidos. O tratado foi ratificado pelos Estados Unidos em novembro de 1993. Dos signatários acima, somente Bielo Rússia, Rússia e Ucrânia ainda não haviam ratificado o tratado em julho de 1997.

Os signatários devem apresentar seus pedidos de sobrevôo para cada ano vindouro a todos os outros signatários e à Comissão Consultiva dos Céus Abertos (Open Skies Consultative Commission), a organização estabelecida pelo tratado para facilitar a implementação. O tratado especifica o número máximo de sobrevôos que cada signatário deve aceitar anualmente. Após a implementação completa, os Estados Unidos são obrigados a aceitar 42 sobrevôos por ano.

TRATADO SOBRE MÍSSEIS ANTI-BALÍSTICOS

O Tratado Sobre Mísseis Anti-Balísticos (Anti-Ballistic Missile (ABM) Treaty), assinado em 1972 pelos Estados Unidos e pela União Soviética,

proíbe o desenvolvimento, teste, ou posicionamento de um sistema de defesa nacional marítimo, aéreo, ou móvel terrestre contra ataques de mísseis balísticos estratégicos. Em 1974, os dois signatários do tratado concordaram que cada um deles teria permissão para manter uma área de posicionamento de ABM. Embora a Rússia continue a manter uma defesa ABM para Moscou, os Estados Unidos desativaram a sua instalação de ABM em 1976 após usá-la por pouco tempo para defender a sua área de lançamento de mísseis balísticos intercontinentais em silos, perto de Grand Forks, North Dakota.

Para promover a implementação das disposições do tratado, os signatários criaram a Comissão Consultiva Permanente (Standing Consultative Commission (SCC)), que se reúne pelo menos duas vezes por ano. Uma revisão do tratado é conduzida a cada cinco anos. A quarta revisão do Tratado ABM, realizada em 1993, reafirmou o compromisso dos participantes com o pacto e defendeu esforços para fortalecê-lo.

Na Cúpula de Helsinque em março de 1997, os presidentes Clinton e Yeltsin concordaram que os seis sistemas de defesa de mísseis, que se destinam a proteger soldados no solo, e que estão sendo atualmente desenvolvidos pelos Estados Unidos como parte do programa de defesa, por meio de mísseis, do teatro de operações, são permitidos pelo tratado, embora os detalhes técnicos finais ainda não tenham sido acertados.

Após a dissolução da União Soviética, surgiu a questão da sucessão do tratado. No dia 14 de maio de 1997, o Senado dos Estados Unidos aprovou, por unanimidade, uma emenda ao Tratado de 1990 Sobre as Forças Armadas Convencionais na Europa (CFE) (1990 Conventional Armed Forces in Europe (CFE) Treaty) que incluía uma disposição não relacionada, apoiada pelo Partido Republicano, exigindo que o presidente pedisse a aprovação do Senado, como uma emenda formal do Tratado ABM, para um acordo para aumentar o número de signatários do tratado, de modo a incluir a Rússia, Bielo Rússia, Ucrânia, e

Casaquistão, os estados sucessores da antiga União Soviética.

Na opinião do governo, é prematuro especular se ou quando será necessário negociar mudanças no Tratado ABM se os Estados Unidos, no futuro, tomarem a decisão de posicionar uma defesa nacional por meio de mísseis.

DEFESA DE MÍSSEIS BALÍSTICOS

O programa de Defesa de Mísseis Balísticos (Ballistic Missile Defense (BMD)) tem como objetivo lidar com a ameaça em potencial imediata, aos aliados dos Estados Unidos e a algumas forças dos Estados Unidos posicionadas em outros países, de mísseis balísticos de curto alcance, assim como a ameaça de futura proliferação de mísseis balísticos de alcance mais longo ao território continental dos Estados Unidos.

O programa BMD inclui três componentes: Defesas de Mísseis nos Teatros de Operações (Theater Missile Defenses (TMD)), Defesa Nacional de Mísseis (National Missile Defenses (NMD)), e tecnologias avançadas de defesa de mísseis balísticos.

As defesas nos teatros de operações têm como objetivo defender as forças dos Estados Unidos e seus aliados contra mísseis balísticos de curto alcance e mísseis de cruzeiro. Há dois tipos de TMD: um conjunto de sistemas inferiores que interceptam mísseis-alvo a altitudes relativamente

baixas, e sistemas superiores que interceptam fora da atmosfera e a altitudes maiores.

O programa NMD envolve o desenvolvimento e teste de um sistema integrado para defender o território continental dos Estados Unidos contra mísseis balísticos intercontinentais lançados acidentalmente, ou contra o lançamento intencional de mísseis balísticos de alcance médio, por algum regime renegado. A arquitetura fixa, de base terrestre do NMD incorporaria seis elementos: um interceptador baseado em terra; radar baseado em terra; radares aperfeiçoados de alerta antecipado; radares de banda X baseados em locais avançados; um Sistema Infra-Vermelho Baseado no Espaço (Space-Based Infrared System (SBIRS)); e um sistema de gerenciamento de batalha, comando, controle e comunicações (BM/C3). O Departamento de Defesa assume que um sistema NMD inteiramente operacional poderia estar pronto para posicionamento no início do ano 2003, bem antes das estimativas da comunidade de inteligência, de quando a necessidade se faria sentir.

O terceiro componente do programa BMD será o desenvolvimento de uma forte base tecnológica. Isso permitirá o posicionamento de sistemas mais avançados de defesa de mísseis, com o tempo, à medida que a ameaça de mísseis balísticos evoluir. Em preparação para o futuro, fundos estão sendo investidos nos Programas de Tecnologia de Suporte de Defesa de Mísseis Balísticos em várias áreas incluindo tecnologias avançadas de interceptores e sensores e lasers químicos.

INFORMAÇÕES SOBRE A PROIBIÇÃO DE MINAS TERRESTRES ANTI-PESSOAIS

Fornecidas pela Assessoria de Imprensa da Casa Branca

(White House Press Office), 16 de maio de 1997

"Hoje estou iniciando um esforço internacional para banir as minas terrestres anti-pessoais. Durante décadas o mundo tem observado com horror a devastação que as minas terrestres causam... Para acabar com essa carnificina, os Estados Unidos procurarão fazer um acordo de alcance mundial o mais breve possível para impedir o uso de todas as minas terrestres anti-pessoais... Precisamos agir para que as crianças do mundo possam caminhar sem medo sobre a terra."

Presidente Clinton
Washington, D.C., 16 de maio de 1996

As pessoas em 64 países, a maioria em desenvolvimento, enfrentam uma ameaça diária de serem mortas ou incapacitadas pelos 100 milhões de minas terrestres que se estima que estão armadas atualmente. As minas terrestres anti-pessoais (APL) fazem mais de 25.000 vítimas por ano, são um obstáculo para o desenvolvimento econômico, e impedem as pessoas deslocadas e os refugiados de voltar para casa. As minas continuarão sendo uma ameaça crescente para as populações civis durante décadas, a não ser que algo seja feito agora.

NOVA POLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS ANUNCIADA EM MAIO DE 1996

Para tratar dessa questão, em 16 de maio de 1996, o presidente anunciou uma nova política dos Estados Unidos a respeito das minas. A iniciativa traça um rumo direto para uma proibição global para as minas, mas garante que embora os Estados Unidos defendam uma proibição, os requisitos militares e compromissos essenciais dos Estados Unidos com os nossos aliados serão protegidos, como se segue:

Proibição Global: Os Estados Unidos estão tentando agressivamente estabelecer um acordo

internacional para proibir o uso, armazenamento, produção, e transferência de minas terrestres anti-pessoais, e desejam completar as negociações o mais rapidamente possível. Os Estados Unidos consideram a situação de segurança na Península da Coreia um caso único, e na negociação desse acordo, protegerão o nosso direito de usar minas naquele local até que alternativas se tornem disponíveis ou até que o risco de agressão tenha sido removido.

Proibição de Minas Que Não Sejam Auto-Destrutivas: Um ano atrás, os Estados Unidos se comprometeram a não usar, e a colocar em status de armazenamento inativo, com a intenção de desmilitarizar até o final de 1999, todas as minas não auto-destrutivas que não sejam necessárias para (a) treinar pessoal envolvido nas operações anti-minas e de remoção de minas, ou (b) defender os Estados Unidos e seus aliados de agressão armada na Região Desmilitarizada da Coreia.

Minas Auto-Destrutivas: Até que um acordo internacional entre em vigor, os Estados Unidos se reservam a opção de usar minas auto-destrutivas/auto-desativadas, sujeitas às restrições que os Estados Unidos aceitaram na Convenção

Sobre Armas Convencionais (Convention on Conventional Weapons), em hostilidades militares, para salvaguardar vidas americanas e para apressar o fim do conflito.

Relatório Anual: A partir de 1999, o Chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (Chairman of the Joint Chiefs of Staff) apresentará um relatório anual ao presidente e ao Secretário da Defesa, descrevendo em linhas gerais a sua avaliação sobre a continuidade da necessidade militar para as exceções acima relacionadas.

Alternativas Para APL: O presidente ordenou ao Secretário da Defesa que iniciasse um programa para a pesquisa, obtenção e outras medidas necessárias para eliminar a necessidade dessas exceções e para permitir que tanto os Estados Unidos quanto os nossos aliados deixem de contar com as APL o mais cedo possível.

Expansão dos Esforços Para a Remoção de Minas: O Departamento de Defesa iniciou um programa de grande envergadura para desenvolver tecnologias aperfeiçoadas para a detecção e remoção de minas e para compartilhar essas tecnologias aperfeiçoadas com a comunidade internacional no seu sentido mais amplo. O Departamento de Defesa está também expandindo, de maneira significativa, o seu programa humanitário de remoção de minas para treinar e ajudar outros países a desenvolver programas eficazes de remoção de minas.

PROGRESSO NA DIREÇÃO DA ELIMINAÇÃO GLOBAL DE APL DESDE MAIO DE 1996

Em um ano desde que o presidente anunciou a nossa nova política, foi feito um progresso significativo em algumas áreas.

PEDIDO DE UMA PROIBIÇÃO GLOBAL:

Em 10 de dezembro de 1996, na Assembléia Geral da ONU, as nações votaram por unanimidade (156-0) a favor da resolução iniciada pelos Estados Unidos, conclamando os países a procurar

estabelecer um acordo para proibir as minas terrestres anti-pessoais.

Na abertura da Conferência Sobre Desarmamento (Conference on Disarmament (CD)) em 20 de janeiro de 1997, os Estados Unidos começaram a trabalhar com outras nações membros para iniciar negociações sobre um acordo abrangente e global sobre as APL. Esse fórum de 61 membros em Genebra, Suíça, inclui a maioria dos mais veementes defensores da proibição das APL do mundo e a maioria dos principais fabricantes de APL do mundo. Esse é o fórum no qual o Acordo Abrangente Para a Proibição de Testes (Comprehensive Test Ban Treaty) foi negociado, assim como a Convenção Sobre Armas Químicas (Chemical Weapons Convention).

O Canadá iniciou um processo para desenvolver um tratado (proibindo as APL) entre as nações que tenham uma atitude similar. Os Estados Unidos aprovam esse processo, pois ele contribui para que haja mais pressão para uma proibição global das APL e o vêem como um complemento às negociações da CD.

MORATÓRIA NAS EXPORTAÇÕES:

Desde 1992, os Estados Unidos têm observado, por lei, uma moratória temporária na exportação de APL. Essa lei permanecerá em vigor até o ano 2000.

Em 17 de janeiro de 1997, anunciamos que os Estados Unidos observarão uma proibição permanente da exportação e transferência de APL. Trabalharemos no sentido de transformar essa política em lei.

Encorajamos todas as outras nações a se unirem a nós em uma proibição permanente à exportação e à transferência de APL, para acabar para sempre com a disseminação dessas armas. Até hoje, mais de 30 nações já se uniram a nós, declarando proibições e moratórias em suas exportações.

TORNANDO AS RESTRIÇÕES AO USO DE APL MAIS RÍGIDAS:

Em 7 de janeiro de 1997, na abertura do 105º Congresso, o presidente transmitiu ao Senado, para aconselhamento e aprovação para ratificação, o Protocolo Sobre Minas modificado, para a Convenção Sobre Armas Convencionais, (Convention on Conventional Weapons (CCW)), que congrega 61 nações. Os Estados Unidos lideraram o esforço para fortalecer o Protocolo na Conferência de Revisão da CCW em maio de 1996. O Protocolo estabelece novas normas que podem proteger civis, enquanto os países trabalham no sentido de conseguir uma proibição global para as APL.

O Protocolo Sobre Minas, modificado, amplia a abrangência do protocolo original, incluindo conflitos armados internos, nos quais ocorreu a maioria das baixas civis devido às minas; requer que todas as minas terrestres anti-pessoais lançadas remotamente sejam equipadas com características de auto-destruição e auto-desativação com uma taxa combinada de confiabilidade de 99.9 por cento; requer que todas as minas que não sejam auto-destrutivas sejam usadas em campos identificados e monitorados; e que todas as APL sejam facilmente detectáveis para facilitar a remoção de minas.

ESTOQUES DE APL:

Conforme anunciado pelo presidente em maio, os Estados Unidos planejam destruir até o fim de 1999, aproximadamente três milhões de APL que não são auto-destrutivas. A destruição dessas minas está em andamento e o cronograma está sendo cumprido (mais de 800.000 já foram destruídas). Os Estados Unidos somente manterão as APL que não são auto-destrutivas na quantidade necessária para treinamento e para defesa na Coreia.

Em 17 de janeiro de 1997, os Estados Unidos anunciaram que limitaremos o nosso estoque de APL no atual nível de inventário. Encorajamos outras nações a fazerem o mesmo.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SOBRE ALTERNATIVAS PARA APL:

De acordo com as ordens do presidente, o Departamento de Defesa iniciou um programa de Pesquisa e Desenvolvimento para proporcionar alternativas eficazes para APL. Os fundos solicitados para esse programa são da ordem de três milhões de dólares no Exercício de 1998 e cinco milhões de dólares no Exercício de 1999.

PROGRAMAS HUMANITÁRIOS DE REMOÇÃO DE MINAS

No Exercício de 1997, os Estados Unidos gastarão aproximadamente 28 milhões de dólares em contribuições em dinheiro e em espécie para os programas de remoção de minas em 14 países:

Afganistão, Angola, Bósnia, Camboja, Eritreia, Etiópia, Jordânia, Laos, Moçambique, Namíbia, programa regional da OEA/BDIA na América Central (Honduras, Costa Rica, Nicarágua) e Ruanda.

Os Estados Unidos procuram estabelecer programas locais, sustentáveis, de treinamento para a remoção de minas e de conscientização a respeito da remoção de minas. A solicitação de orçamento para todos os programas de remoção de minas para o Exercício de 1998, é de aproximadamente 35 milhões de dólares.

— Os Estados Unidos têm contribuído de maneira significativa com as atividades de remoção de minas na Bósnia, com o objetivo de garantir que os bósnios possam, em breve, assumir a responsabilidade pelo seu próprio programa de remoção de minas.

— Tendo como base o sucesso da revista em quadrinhos Superman DC para crianças na Bósnia, os Estados Unidos estão trabalhando para desenvolver novas ferramentas educacionais, como por exemplo, programas interativos para escolas, assim como anúncios no rádio e na TV.

— Para atender à crescente demanda de indivíduos habilitados para a remoção de minas, o Departamento de Defesa aumentou o seu número de instrutores disponíveis para mais de 270.

— O Departamento de Defesa estabeleceu um centro de informações sobre a remoção humanitária de minas na Universidade James Madison (James Madison University (JMU)). Em conjunto com o Departamento de Defesa (DoD), a JMU mantém um site na web, recém-criado, dedicado à remoção humanitária de minas (www.demining.brtrc.com).

NOVAS TECNOLOGIAS PARA A REMOÇÃO HUMANITÁRIA DE MINAS

No decorrer do último ano, o DoD examinou mais de 120 tecnologias especificamente projetadas para operações de remoção humanitária de minas e 21 novos projetos foram selecionados para desenvolvimento. Protótipos de equipamento selecionado foram colocados em operação na Bósnia, Honduras, Laos, Camboja, Moçambique e Ruanda. Os fundos dedicados ao programa são da ordem de 14 milhões de dólares para o Exercício de 1997. 17.7 milhões foram solicitados para o Exercício de 1998.

PRÓXIMAS ETAPAS

Ainda há muito trabalho a ser feito:

Conseguir um acordo, rapidamente, e começar a negociar uma proibição de APL na Conferência Sobre Desarmamento, e aperfeiçoar a complementaridade entre o trabalho da Conferência de Desarmamento e o “Processo de Ottawa”.

Desenvolver alternativas para que os Estados Unidos possam deixar de contar com APL o mais rapidamente possível.

Conseguir a entrada rápida em vigor do Protocolo de Minas modificado da Convenção Sobre Armas Convencionais e conseguir mais adesões à Convenção.

Continuar a expansão dos programas humanitários de remoção de minas.

Desenvolver e colocar em atividade novas tecnologias para a detecção e remoção de minas.

Controle de Armas: A Perspectiva dos Estados Unidos BIBLIOGRAFIA

ARMS CONTROL AND THE HELSINKI SUMMIT (O CONTROLE DE ARMAS HOJE E A CÚPULA DE HELSINQUE) (Arms Control Today, vol. 27, no. 1, March 1997, pp. 9-21)

THE ARMS RACE REVISITED (UMA NOVA VISÃO DA CORRIDA ARMAMENTISTA) (Current History, vol. 96, no. 609, April 1997, pp. 145-188)

Falkenrath, Richard A. SHAPING EUROPE'S MILITARY ORDER: THE ORIGINS & CONSEQUENCES OF THE CFE TREATY (DANDO FORMA À ORDEM MILITAR NA EUROPA: AS ORIGENS E CONSEQUÊNCIAS DO TRATADO CFE). Cambridge, MA: MIT Press, 1995. 320p.

Goodby, James E.; Feiveson, Harold. ENDING THE THREAT OF NUCLEAR ATTACK (ELIMINANDO A AMEAÇA DE ATAQUE NUCLEAR) Stanford, CA: Center for International Security and Arms Control, Stanford University, 1997. 22p.

Goodpaster, Andrew. AN AMERICAN LEGACY: BUILDING A NUCLEAR-WEAPON-FREE WORLD. (UM LEGADO AMERICANO: CONSTRUIR UM MUNDO LIVRE DE ARMAS NUCLEARES) (Report no. 22) Washington, DC: The Stimson Center, 1997. 16p.

Jones, Rodney W. AFTER HELSINKI, THE HARD WORK (APÓS HELSINQUE, A ÁRDUA TAREFA) (Bulletin of the Atomic Scientists, vol. 53, no. 4, July/August 1997, pp. 26-30)

Mandelbaum, Michael. THE DAWN OF PEACE IN EUROPE (A ALVORADA DA PAZ NA EUROPA) New York, NY: Twentieth Century Fund Press, 1996. 200p.

Medalia, Jonathan. NUCLEAR WEAPONS; COMPREHENSIVE TEST BAN TREATY. (ARMAS NUCLEARES; PROIBIÇÃO ABRANGENTE DE TESTES) (IB92099) Washington, DC: Congressional Research Service, Library of Congress, 1997. 15p.

National Academy of Sciences (Academia Nacional de Ciências). THE FUTURE OF U.S. NUCLEAR WEAPONS POLICY. (O FUTURO DA POLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS EM RELAÇÃO ÀS ARMAS NUCLEARES) Washington, DC: National Academy Press, 1997. 110p.

NUCLEAR ARMS CONTROL (CONTROLE DE ARMAS NUCLEARES) (Washington Quarterly, vol. 20, no. 3, Summer 1997, pp. 75-210)

On-Site Inspection Agency (Agência Para Inspeções In-Loco). ON-SITE INSPECTIONS UNDER THE CFE TREATY (INSPEÇÕES IN LOCO EM CONFORMIDADE COM O TRATADO CFE). Washington, DC: On-Site Inspection Agency, 1997. 385p.

Perry, William. DEFENSE IN AN AGE OF HOPE (DEFESA EM UMA ERA DE ESPERANÇA) (Foreign Affairs, vol. 75, no. 6, November/December 1996, pp. 64-79)

Peters, Katherine McIntire. DEADLY STRIKE (ATAQUE MORTAL) (Government Executive, vol. 29, no. 7, July 1997, pp. 22-27)

Preston, Thomas. FROM LAMBS TO LIONS: NUCLEAR PROLIFERATION'S GRAND RESHUFFLING ON INTERSTATE SECURITY RELATIONSHIPS (DOS CORDEIROS PARA OS LEÕES: A GRANDE TROCA DE POSIÇÕES NOS RELACIONAMENTOS ENTRE OS ESTADOS, NO QUE DIZ RESPEITO À SEGURANÇA) (Cooperation and Conflict, vol. 32, March 1997, pp. 79-117)

Roberts, Brad, ed. BIOLOGICAL WEAPONS: WEAPONS OF THE FUTURE? (ARMAS BIOLÓGICAS: ARMAS DO FUTURO?) Washington, DC: Center for Strategic and International Studies, 1993. 93p.

Sokolski, Henry. FIGHTING PROLIFERATION: NEW CONCERNS FOR THE NINETIES. (LUTANDO CONTRA A PROLIFERAÇÃO: NOVAS PREOCUPAÇÕES PARA A DÉCADA DE NOVENTA) Washington, DC: Government Printing Office, 1996. 395p.

United Nations Association of the United States of America (Associação das Nações Unidas, nos Estados Unidos da América). CONFRONTING THE PROLIFERATION DANGER: THE ROLE OF THE U.N. SECURITY COUNCIL (ENFRENTANDO O PERIGO DA PROLIFERAÇÃO: O PAPEL DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU). New York, NY: The Association, 1995. 17p.

U.S. Department of Defense (Departamento de Defesa dos Estados Unidos). DOMESTIC PREPAREDNESS PROGRAM IN THE DEFENSE AGAINST WEAPONS OF MASS DESTRUCTION (PROGRAMA DOMÉSTICO DE PREPARAÇÃO NA DEFESA CONTRA ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA). Washington, DC: Department of Defense, 1997. 25p.

U.S. Department of Defense. (Departamento de Defesa dos Estados Unidos). MINE FACTS (FATOS SOBRE AS MINAS). Washington, DC: Department of Defense, 1997. CD-Rom.

U.S. Department of Defense (Departamento de Defesa dos Estados Unidos). PROLIFERATION: THREAT OR RESPONSE (PROLIFERAÇÃO: AMEAÇA OU REAÇÃO). Washington, DC: Department of Defense, 1996. 110p.

U.S. Department of State (Departamento de Estado dos Estados Unidos). HIDDEN KILLERS: THE GLOBAL LANDMINE CRISIS (ASSASSINOS OCULTOS: A CRISE GLOBAL DAS MINAS TERRESTRES). Washington, DC: Department of State, 1994. 61p.

U.S. National Security Council (Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos). A NATIONAL SECURITY STRATEGY FOR A NEW CENTURY (UMA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ESTRATÉGICA PARA O NOVO SÉCULO). Washington, DC: National Security Council, 1997. 33p.

Woolf, Amy F. ARMS CONTROL AND DISARMAMENT ACTIVITIES: A CATALOG OF RECENT EVENTS. (ATIVIDADES NO CONTROLE DE ARMAS E DESARMAMENTO: UM CATÁLOGO DOS EVENTOS RECENTES (97-177 F) Washington, DC: Congressional Research Service, Library of Congress, 1997. 77p.

Woolf, Amy F. NUCLEAR ARMS CONTROL AND NUCLEAR THREAT REDUCTION: ISSUES AND AGENDA (CONTROLE DE ARMAS NUCLEARES E REDUÇÃO DA AMEAÇA NUCLEAR: QUESTÕES E AGENDA.) (IB94054) Washington, DC: Congressional Research Service, Library of Congress, 1997. 15p.

Controle de Armas - A Perspectiva dos Estados Unidos

PRINCIPAIS SITES NA INTERNET

Por favor observe que o USIS não assume nenhuma responsabilidade em relação ao conteúdo ou à disponibilidade dos recursos relacionados abaixo. Essa responsabilidade somente cabe aos fornecedores.

The Arms Control Association (A Associação de Controle de Armas)
<http://www.armscontrol.org/>

Ballistic Missile Defense Organization (Organização da Defesa Contra Mísseis Balísticos)
<http://www.acq.osd.mil/bmdo/bmdolink/html/bmdolink.html>

Carnegie Endowment for International Peace: Nuclear Non-Proliferation Project (Fundo Carnegie Para a Paz Internacional: Projeto de Não-Proliferação de Armas Nucleares)
<http://ceip.org/nuclear.htm>

Center for International Security and Arms Control (Centro de Segurança Internacional e Controle de Armas)
<http://www-leland.stanford.edu/group/CISAC/>

Chemical and Biological Defense Information Analysis Center (Centro de Análise de Informações Sobre Defesa Química e Biológica)
<http://www.cbiac.apgea.army.mil/body.html>

Comprehensive Test Ban Treaty Research & Development Program (Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Sobre o Tratado Abrangente de Proibição de Testes)
<http://www.ctbt.rnd.doe.gov/ctbt/>

Cooperative Threat Reduction (Cooperação Para a Redução de Ameaça)
<http://www.dtic.mil/defenselink/pubs/ctr/>

Humanitarian Demining (Remoção Humanitária de Minas)
<http://www.demining.brtrc.com/>

InfoManage International Nonproliferation of Weapons of Mass Destruction (Informações Sobre o Gerenciamento Internacional da Não-Proliferação das Armas de Destruição de Massa)
<http://infomanage.com/nonproliferation/>

International Atomic Energy Agency (Agência Internacional de Energia Atômica)
<http://www.iaea.or.at/>

Key Arms Control Treaties and Agreements (Principais Tratados e Acordos de Controle de Armas)
<http://www.nato.int/docu/facts/fs7.htm>

Missile Defence: U.S.-Allied Cooperation (Defesa Contra Mísseis: Cooperação Entre os Estados Unidos e Seus Aliados)
<http://www.cdiss.org/coopt.htm>

Nonproliferation and National Security Home Page (Home Page Sobre Não-Proliferação e Segurança Nacional)
<http://www3.dp.doe.gov/nn/>

Nonproliferation, Arms Control, and International Security (NAI) Directorate (Diretoria de Não-Proliferação, Controle de Armas e Segurança Internacional (NAI))
<http://www.llnl.gov/nai/nai.shtml>

Nuclear Material Management Home Page
(Home Page Para o Gerenciamento de Material Nuclear)
<http://www.ca.sandia.gov/NMM/>

Office of Fissile Materials Disposition (Escritório Para o Descarte de Materiais Físseis)
<http://web.fie.com/htdoc/fed/doe/fsl/pub/menu/any/>

On-Site Inspection Agency Public Affairs (Relações Públicas da Agência para Inspeções In-Loço)
http://www.osia.mil/pub_afrs/index.html

The Organization for the Prohibition of Chemical Weapons (A Organização Para a Proibição de Armas Químicas)
<http://www.opcw.nl/ptshome2.htm>
Rules of Warfare; Arms Control (Regras Para a Guerra: Controle de Armas)
<http://www.tufts.edu/departments/fletcher/multi/warfare.html>

The Stimson Center
<http://www.stimson.org/list.htm>

United Nations: Centre for Disarmament Affairs
(Nações Unidas: Centro Para Questões de Desarmamento)
<http://www.un.org/Depts/dpa/docs/cdahome.htm>

The United Nations Demining Database (O Banco de Dados das Nações Unidas Sobre a Remoção de Minas)
<http://www.un.org/Depts/Landmine/index.html>

The United States Arms Control and Disarmament Agency (A Agência dos Estados Unidos Para o Controle de Armas e o Desarmamento)
<http://www.acda.gov/>

University of Illinois at Urbana-Champaign: Program in Arms Control, Disarmament, and International Security (Programas Sobre Controle de Armas, Desarmamento e Segurança Internacional da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign)
<http://acdisweb.acdis.uiuc.edu/>

